

EPT INCLUSIVA:

Manual de Acolhimento para
a *Inclusão e Permanência* de
Discentes com Deficiência Intelectual

d	o	s	f	P	R	O	F	E	P	T	c	u	o	k	I
s	d	m	I	N	O	L	U	S	Ã	O	b	k	r	z	o
m	y	e	o	b	u	r	m	i	r	r	o	r	w	u	E
e	D	I	V	E	S	I	D	A	D	E	u	j	b	k	P
r	x	k	r	v	y	a	b	x	y	e	o	b	u	b	T
t	u	c	I	o	t	R	E	S	P	E	I	T	O	m	e
O	I	D	A	D	A	N	I	A	k	y	o	t	h	b	v
d	t	A	O	E	S	S	I	B	I	L	I	D	A	D	E
I	J	x	P	I	a	D	I	G	N	I	D	A	D	E	r

Francília Sousa Meneses
Jalva Lília Rabelo de Sousa

EPT INCLUSIVA:
MANUAL DE ACOLHIMENTO
PARA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE
DISCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ - CAMPUS PARNAÍBA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)

Reitor: Paulo Borges da Cunha

Pró-Reitora de Administração: Larissa Santiago de Amorim

Pró-Reitor de Ensino: Odímógenes Soares Lopes

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: José Luís de Oliveira e Silva

Pró-Reitora de Extensão: Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Paulo Henrique Gomes de Lima

Pesquisa e Elaboração: Francília Sousa Menese e Jalva Lilia Rabelo de Sousa

Revisão de Texto: Francília Sousa Meneses e Jalva Lilia Rabelo de Sousa

Projeto Gráfico, Ilustração, Diagramação e Capa: Jonathan Cruz Torres

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M543e Meneses, Francília Sousa

EPT inclusiva: manual de acolhimento para a inclusão e permanência de discentes com deficiência intelectual [recurso eletrônico] / Francília Sousa Meneses, Jalva Lilia Rabelo de Sousa. - Parnaíba-PI: IFPI, 2025.

68 f.: il. color.

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) – Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba, 2025.

1. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). 2. Deficiência intelectual. 3. Êxito. 4. Permanência. 5. Educação inclusiva. I. Sousa, Jalva Lilia Rabelo de. II. Título.

CDD – 378.013

Elaborado por Isabel dos Santos Lima CRB 3/1060

LISTA DE SIGLAS

AAIDD	Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
DI	Deficiência Intelectual
DUA	Desenho Universal da Aprendizagem
DSM-5	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAEE	Público-Alvo da Educação Especial
PCD	Pessoa com Deficiência
PEI	Plano de Ensino Individual
PNTA	Plano Nacional de Tecnologia Assistiva
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Educação Inclusiva
ProfEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PTT	Produto Técnico Tecnológico
TA	Tecnologia Assistiva
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diversidade - Inclusão e integração	19
Figura 2 - Inclusão de pessoas com deficiência nas escolas brasileiras	19
Figura 3 - A Inclusão na Educação	20
Figura 4 - Livro: Repensando a Inclusão Escolar	21
Figura 5 - Fascículo sobre Atendimento Educacional Especializado	27
Figura 6 - Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (PNTA)	36
Figura 7 - Aula pública com a Prof. ^a Dr. ^a Ana Paula Zerbato	41
Figura 8 - Símbolo da acessibilidade antigo e atual	48
Figura 9 - Conferência: Escolarização de discentes com DI	51
Figura 10 - Palestra com a professora Marisa Machado sobre o DUA	60
Figura 11 - Como Estrelas na Terra (2007)	62
Figura 12 - Rain Man (1988)	62
Figura 13 - Extraordinário (2017)	62
Figura 14 - Escritores da Liberdade (2007)	62
Figura 15 - "Coda – No Ritmo do Coração" (2021)	63
Figura 16 - Hoje Eu Quero Voltar Sozinho (2014)	63
Figura 17 - Temple Grandin (2010)	63
Figura 18 - O Contador de Histórias (2009)	63

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	08
1 INTRODUÇÃO.....	09
2 CONCEITOS PRELIMINARES PARA COMPREENDER A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	10
2.1 Níveis de suporte na Deficiência Intelectual: conceito e importância pedagógica.....	14
2.2 Inclusão, diversidade, equidade.....	17
2.3 Diferença entre Deficiência Intelectual (DI) e doença mental.....	22
2.4 Distinção entre sala regular, atendimento clínico e AEE.....	25
3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EPT: ACESSIBILIDADE CURRICULAR.....	29
3.1 Processo de aprendizagem do discente com DI	30
3.2 Características associadas a DI na sala de aula	31
3.3 Formas de avaliação do discente com DI	33
3.4 Como realizar a inclusão do discente com DI?	38
3.5 Acessibilidade Atitudinal, Pedagógica e Metodológica	43
3.6 Os desafios da inclusão do DI nos espaços da EPT	44
4 ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DE DISCENTES COM DI.....	49
5 ESTRATÉGIAS PARA ELIMINAR BARREIRAS PARA O ACESSO A INCLUSÃO	54
6 SUGESTÃO DE FILMES INCLUSIVOS	62
REFERÊNCIAS	64

QUEM SOMOS



**Francília
Sousa Meneses**

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica -ProfEPT, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPI (2025), Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI (2016) e Especialização em Educação Especial e Inclusiva pelo IFPI (2020). Atualmente é Docente na Educação Básica e Pedagoga das redes privadas e públicas de Piri-piri-Piauí, atuando principalmente na área de Alfabetização, Letramento e Educação Especial na perspectiva inclusiva.

E-mail: franciliameneses096@gmail.com

Endereço para acessar este CV:

<https://lattes.cnpq.br/3794441620934734>



**Jalva Lilia
Rabelo de Sousa**

Possui Bacharelado em Administração e Licenciatura em Letras, mestrado e doutorado em Administração de Empresas. É avaliadora ad hoc de cursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, docente efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - Campus Parnaíba do eixo gestão e negócios. É coordenadora Acadêmica do IFPI/Parnaíba e docente do mestrado PROFEPT (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) da linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Têm experiências e publicações na área de Administração e Ensino com ênfase em: organização e memórias, EPT, NAPNE, educação inclusiva, gestão pública, empreendedorismo, planejamento, gestão estratégia de instituição de ensino públicas/privadas e avaliação institucional.

E-mail: jalva@ifpi.edu.br

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/1924189477692319>

APRESENTAÇÃO

Este Manual de Acolhimento intitulado EPT INCLUSIVA: Manual de Acolhimento para Inclusão e Permanência de Discentes com Deficiência Intelectual (DI), apresentado enquanto **produto educacional**, é derivado da dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), especificamente no Campus Parnaíba e concentra-se na **Linha de Pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica e no Macroprojeto 5, intitulado Organização do currículo integrado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Este manual foi elaborado por Francília Sousa Meneses, sob a orientação da Professora Doutora Jalva Lília Rabelo de Sousa.

Constatou-se na dissertação intitulada EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: análise do processo de formação do discente com deficiência intelectual, que o processo de inclusão articulado no **acesso, permanência e êxito do discente com deficiência intelectual** do Centro Estadual de Educação Profissional Rural Governador Hugo Napoleão leva em consideração as **particularidades** dos discentes com DI à luz de um currículo inclusivo e democrático. No entanto, muito ainda há a ser aprimorado e refletido, tendo em vista os desafios enfrentados pelos profissionais que trabalham com a inclusão do discente com DI nos espaços da EPT. O manual, elaborado de maneira **reflexiva**, apresenta a intencionalidade de servir como um **instrumento facilitador da inclusão e da permanência** de discentes com necessidades de educação especial, com foco especial na DI.

O material foi produzido tendo como base as **entrevistas** realizadas para o desenvolvimento da pesquisa, as quais foram essenciais para construção deste Manual, que possui como **objetivo geral**: propor a implementação de estratégias de acolhimento, desempenhando o papel de guia de formação pedagógica destinado aos docentes no manejo do público com DI para inclusão desde o acesso, permanência e êxito nas instituições escolares da EPT. O Manual possui como **objetivos específicos**: orientar os docentes sobre as **práticas de acolhimento**; contribuir com o **processo de inclusão dos discentes com DI** nos espaços de formação humana profissional e **apresentar estratégias** de inclusão a serem utilizadas com os discentes com DI.



1 INTRODUÇÃO

A pesquisa e a elaboração do referido Produto Técnico Tecnológico (PTT) foram conduzidas sob a premissa de que a concepção de **inclusão engloba todas as pessoas**, independentemente de suas particularidades e demandas educacionais, visto a amplitude da **diversidade** que compõe as instituições educativas. Nesse sentido, o manual de **acolhimento** busca orientar os profissionais da educação no desempenho de **ações inclusivas** no processo de ensino e aprendizagem, servindo como um paradigma de referência **para outras instituições escolares**, permitindo o usufruto ou adaptação das diretrizes propostas. Os objetivos do produto partem da premissa de que a **Educação Especial e Inclusiva** abarca os discentes do público-alvo com necessidades específicas, indo além deles para incluir todos os discentes com **qualidade e equidade**.

O manual de acolhimento tem como objetivo **orientar** os profissionais da EPT quanto às práticas voltadas à **acolhida de discentes com DI**, preparando-os para aplicar **estratégias inclusivas** em suas respectivas áreas de atuação. Esse material busca apoiar os docentes no **exercício de um papel efetivamente inclusivo** no processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos curriculares.

Espera-se que ao final da leitura, os leitores possam suscitar **reflexões e ações** sobre a inclusão de discentes com DI no espaço escolar de forma a promover o ensino e aprendizagem de qualidade, garantindo não apenas o **acesso**, mas a **permanência** e o **êxito** dos discentes com DI. O manual busca ser **aplicável e utilizável**, de modo a colaborar no auxílio frente a **modificações e transformações** no que tange os processos de inclusão.

O Manual possui curiosidades intituladas **(Você sabia?)**, **(Fique atento!)**, com informações inclusivas, bem como sugestões de leituras para aprofundar o conhecimento **(Para saber mais!)**, além de sugestões de filmes e curtas metragens que proporcionam aos leitores uma ampliação dos saberes referentes à DI.

Desejamos boa leitura!



2 CONCEITOS PRELIMINARES PARA COMPREENDER A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

DEFINIÇÃO DA DI

De acordo com a 12ª versão do manual da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2021) a DI pode ser caracterizada como uma dificuldade de ordem biológica, intrínseca ao indivíduo, mas também de base multidimensional, com nível de funcionalidade baseado nos acompanhamentos que o sujeito tem à sua disposição.

Diante dos estudos desenvolvidos, compreendeu-se que a década de 1990 foi marcada por mudanças importantes para o processo de inclusão de discentes com deficiência. Neste sentido, [as legislações dispõem de ações para que ocorra a educação especial e inclusiva](#), com vista à importância da acessibilidade para pessoas com DI. É importante salientar que um dos marcos para se pensar uma nova terminologia e definição da pessoa com DI foi a Conferência Internacional sobre a DI ocorrida em Montreal, na qual resultou na [Declaração de Montreal \(2004\)](#) que preconiza a adoção da terminologia deficiência intelectual apontando que:

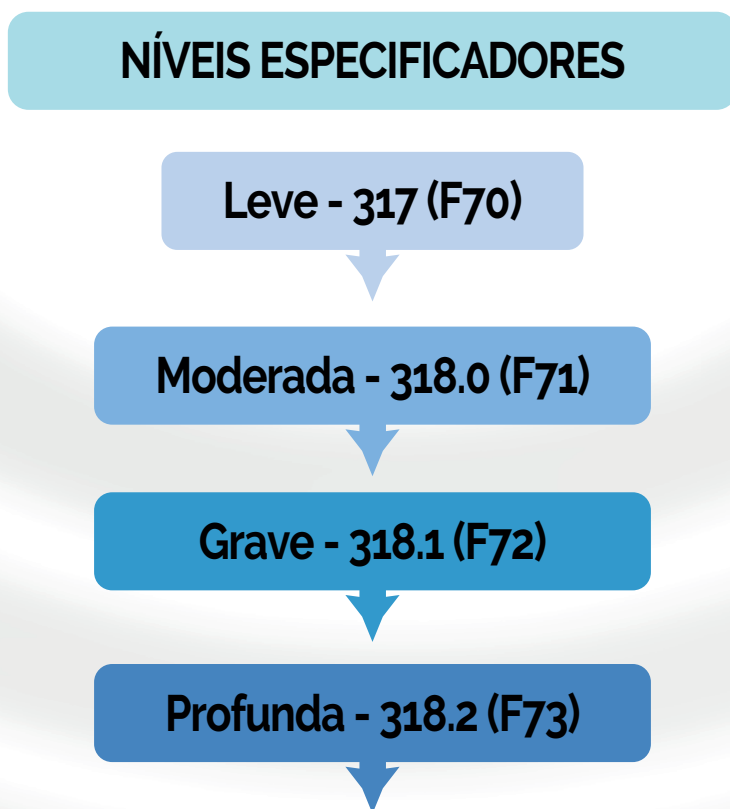
A deficiência intelectual, assim como outras características humanas, constitui parte integral da experiência e da diversidade humana. A deficiência intelectual é entendida de maneira diferenciada pelas diversas culturas o que faz com que a comunidade internacional deva reconhecer seus valores universais de dignidade, autodeterminação, igualdade e justiça.



Você sabe quais são os níveis de deficiência intelectual?

Os níveis da DI são geralmente classificados com base em três domínios principais: conceitual, social e prático. Esses domínios são utilizados por manuais de referência como o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana), publicado em 2013, sendo uma ferramenta desenvolvida para ser aplicada por profissionais habilitados nos conhecimentos da psicopatologia e leva em consideração as capacidades adaptativas do indivíduo.

Dentre esses Transtornos Mentais a DI, encontra-se categorizada em quatro níveis, indo de leve a profunda, com sinais comportamentais que envolvem dificuldades na aprendizagem acadêmica, dificuldades associadas ao juízo social e ao autocontrole do comportamento nas relações interpessoais. Ao identificar o diagnóstico de DI de um sujeito, classifica-se em quatro níveis especificadores.

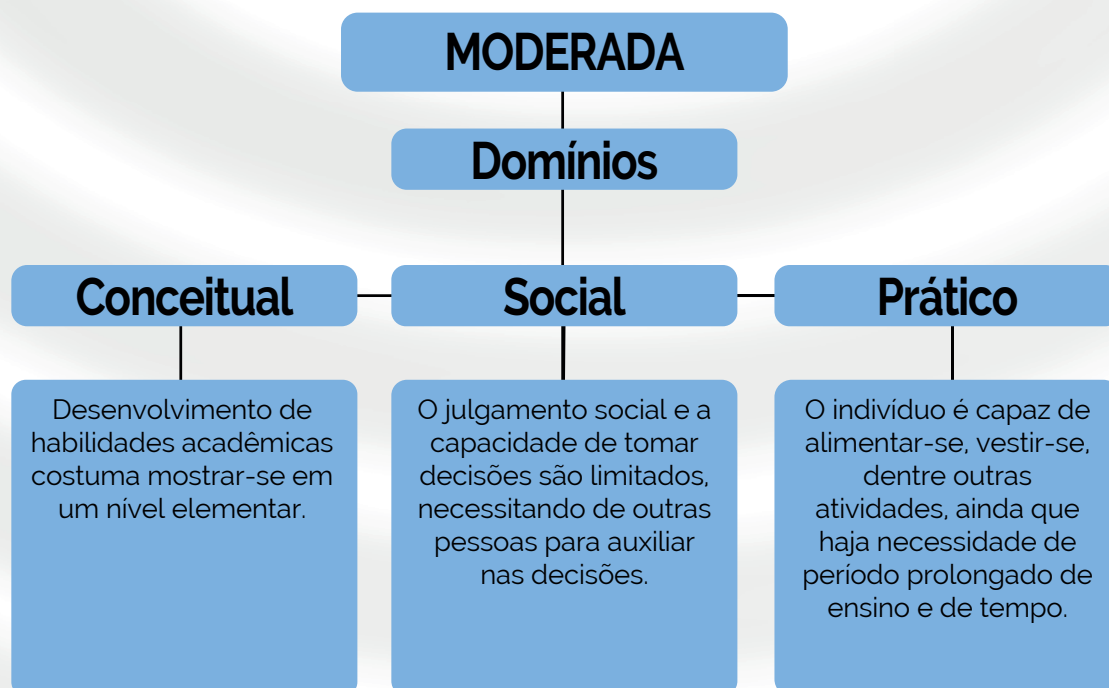


Fonte: adaptação (Schalock et al. 2010).

De acordo com a American Psychiatric Association (APA, 2014) e Schalock et al. (2010), a DI tem **causas multifatoriais**, envolvendo fatores **genéticos, ambientais, sociais e culturais**. As causas podem ocorrer no período pré-natal, peri-natal ou pós-natal, abrangendo desde **alterações genéticas** e **complicações gestacionais** até privações sociais e condições ambientais adversas.



Fonte: adaptação (Schalock et al. 2010).



Fonte: adaptação (Schalock et al. 2010).

GRAVE

Domínios

Conceitual

Pouca compreensão da linguagem escrita ou de conceitos matemáticos.

Os profissionais de apoio para a solução de problemas ao longo da vida.

Social

A linguagem falada é bastante limitada em termos de vocabulário e gramática. A fala pode ser composta de palavras ou expressões isoladas, com possível suplementação por meios alternativos.

Prático

A pessoa necessita de apoio para todas as atividades cotidianas, inclusive refeições, vestir-se e banhar-se. Não é capaz de tomar decisões responsáveis quanto ao seu bem-estar e dos demais.

Na vida adulta, há necessidade de apoio e assistência contínua nas atividades domésticas, recreativas e profissionais.

Fonte: adaptação (Schalock et al. 2010).

PROFUNDA

Domínios

Conceitual

Podem adquirir habilidades visuoespaciais, como combinar e classificar, baseadas em características físicas. A ocorrência concomitante de prejuízos motores e sensoriais, porém, pode impedir o uso funcional dos objetos.

Social

Pode compreender instruções ou gestos simples. Há ampla expressão dos próprios desejos e emoções pela comunicação não verbal e não simbólica. A ocorrência concomitante de prejuízos sensoriais e físicos pode impedir muitas atividades sociais.

Prático

O indivíduo depende de outras pessoas para todos os aspectos do cuidado físico diário, saúde e segurança. Necessita que as tarefas sejam demonstradas passo a passo. Realiza apenas atividades muito simples e repetitivas e ainda assim com assistência física ou verbal constante.

Fonte: adaptação (Schalock et al. 2010).

2.1 NÍVEIS DE SUPORTE NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CONCEITO E IMPORTÂNCIA PEDAGÓGICA

Os níveis de suporte na DI referem-se à **intensidade, frequência e tipo de apoio** que a pessoa necessita para participar de forma efetiva das atividades escolares, sociais e da vida cotidiana. Diferentemente de classificações baseadas apenas no quociente intelectual, essa abordagem considera o **funcionamento adaptativo, o contexto e as barreiras** existentes no ambiente. De acordo com a perspectiva adotada em documentos educacionais e manuais diagnósticos, os níveis de suporte podem variar ao longo do tempo, **dependendo das oportunidades, dos recursos oferecidos e das práticas pedagógicas adotadas**.

O que são os níveis de suporte?

Os níveis de suporte indicam:

- Quanto apoio o **discente** necessita
- Em quais situações esse **apoio** é mais necessário
- De que forma a escola pode organizar **estratégias pedagógicas** adequadas

Eles não definem limites fixos para a aprendizagem, mas orientam a organização do ensino, a **flexibilização curricular** e a adoção de práticas inclusivas, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desse modo, depreende-se que o **conhecimento dos níveis de suporte** é essencial para que o professor atue de forma **intencional, ética e inclusiva**, garantindo o **direito à aprendizagem** de todos os estudantes.

Planejamento pedagógico adequado

Ao compreender o nível de suporte necessário, o professor consegue:

- Planejar atividades acessíveis
- Definir estratégias diferenciadas
- Ajustar tempo, recursos e formas de avaliação

Essas práticas dialogam diretamente com a Competência Geral 1 da BNCC, que assegura o acesso ao conhecimento considerando a **diversidade** dos estudantes.

Superação de práticas excludentes

Quando os profissionais que lidam com a inclusão em seus espaços educacionais desconhecem os níveis de suporte, há o risco de:

- Subestimar as capacidades do estudante
- Reforçar rótulos ou estigmas
- Confundir deficiência com incapacidade

O conhecimento técnico **contribui para uma prática baseada em potencialidades**, e não em limitações.

Promoção da equidade educacional

A BNCC destaca que **equidade** não é tratar todos da mesma forma, mas oferecer o que cada discente **necessita para aprender**. Os níveis de suporte permitem:

- Identificar barreiras à aprendizagem
- Implementar adaptações razoáveis
- Garantir participação ativa nas atividades escolares

Articulação com o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O professor da sala comum, ao conhecer os níveis de suporte, consegue:

- Dialogar de forma mais eficaz com o AEE
- Construir estratégias conjuntas
- Contribuir para o Plano de Ensino Individual (PEI)

Essa **articulação fortalece a educação inclusiva** como responsabilidade coletiva.

Desenvolvimento da autonomia do estudante

O suporte não deve gerar dependência, mas sim:

- Favorecer a autonomia
- Estimular a participação social
- Desenvolver competências acadêmicas e socioemocionais

Essa perspectiva está alinhada à Competência Geral 6 da BNCC, que **valoriza o projeto de vida e a autonomia** dos discentes.

É importante frisar que os níveis de suporte **não determinam o potencial de aprendizagem dos discentes, mas orientam a organização das estratégias pedagógicas, garantindo acesso, participação e aprendizagem**, conforme os princípios da BNCC, da educação inclusiva e da equidade educacional.

Fonte: adaptação (Pletsch, 2022).

Nível de suporte	Características gerais	O que o estudante consegue realizar	Necessidades pedagógicas e tipos de apoio
Suporte leve	Necessita apoio ocasional. Apresenta maior autonomia e capacidade de adaptação.	- Acompanha conteúdos da turma com adaptações leves - Realiza atividades acadêmicas com orientação - Comunica-se verbalmente de forma funcional - Participa de atividades em grupo - Desenvolve autonomia nas atividades escolares	- Instruções claras e objetivas - Tempo ampliado para execução de tarefas - Uso de recursos visuais e exemplos concretos - Avaliações adaptadas
Suporte moderado	Necessita apoio frequente. Aprendizagem ocorre de forma mais lenta.	- Aprende conteúdos funcionais e acadêmicos básicos - Executa tarefas com mediação constante - Compreende rotinas escolares - Desenvolve habilidades sociais com apoio - Participa de atividades práticas e contextualizadas	- Curriculo flexibilizado - Mediação pedagógica contínua - Atividades concretas e funcionais - Avaliação processual e formativa
Suporte intenso	Necessita apoio diário e estruturado. Comunicação e autonomia mais limitadas.	- Participa de atividades pedagógicas adaptadas - Desenvolve habilidades funcionais básicas - Responde a estímulos sensoriais e visuais - Aprende por repetição e rotina - Interage com o meio com apoio direto	- Rotinas estruturadas - Atividades individualizadas - Uso de comunicação alternativa/aumentativa - Acompanhamento constante
Suporte muito intenso	Necessita apoio permanente e contínuo. Geralmente associado a múltiplas deficiências.	- Participa de atividades de estimulação - Demonstra respostas sensoriais e emocionais - Desenvolve habilidades de autocuidado com auxílio - Interage por gestos, expressões ou sons	- Estímulos básicos e personalizados - Trabalho interdisciplinar (educação, saúde e assistência) - Foco no bem-estar, comunicação e qualidade de vida

Fonte: adaptação do manual da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2021).



2.2 INCLUSÃO, DIVERSIDADE, EQUIDADE

Os **conceitos** de inclusão, diversidade e equidade não podem ser considerados sinônimos, mas estão **interligados** e quando **abordados em conjunto** objetivam a **criação de ambientes mais igualitários**, fazendo uso da justiça e da harmonia. A inclusão da Pessoa com Deficiência (PCD) nos espaços educativos deve ser norteadada por Políticas de Inclusão e Diversidade que possuam como principal objetivo **a promoção, o desenvolvimento e a inclusão** dos discentes com algum tipo de deficiência ou transtorno, a partir de atividades que conduzam e **orientem posturas** que tenham como base **a democracia e o respeito à diversidade**.

A **inclusão** na visão de Sassaki (2009) é compreendida como uma modificação da perspectiva da educação porque tem como finalidade não somente os discentes com deficiência na escola, mas visa **defender todos os envolvidos no processo**, para favorecer o caminho de uma sociedade sem preconceitos. Na perspectiva de Mantoan (2011), a inclusão propõe uma **inserção escolar total**, completa e sistemática, não aceitando a recusa de matrículas, a partir da defesa que os discentes com deficiências devem frequentar as escolas de ensino regular.



Desse modo, a **inclusão no âmbito educacional** pode ser compreendida como a garantia de que **todos** os discentes, **independentemente das divergências sociais, econômicas e físicas** possam acessar espaços educacionais que **valorizem** suas necessidades. Em razão disso, significa dizer que a **Educação Inclusiva** é uma modificação da educação escolar com a finalidade de **democratização** do ensino. De acordo com os princípios da educação inclusiva, é essencial que o ambiente escolar reconheça e valorize as **diversidades culturais, raciais e sociais**, garantindo recursos adequados que possibilitem o desenvolvimento dos discentes com deficiência, promovendo sua efetiva **participação** no contexto educacional.

Uma ideia central presente na literatura inclusiva é que o processo de inclusão deve favorecer suas **potencialidades e possibilidades** de desenvolvimento por meio de estratégias pedagógicas desenvolvidas por meio da **acessibilidade curricular**. Nesse sentido, é necessário um **olhar individualizado** acerca da história de vida dos discentes, de modo a levar em consideração suas limitações e suas necessidades, a partir de **intervenções significativas** ao processo de **formação humana integral**, sem perder de vista as necessidades e anseios dos discentes, bem como de toda a comunidade escolar, como forma de garantir que se sintam parte do processo com **equidade e respeito ao outro**.

É necessária atenção para não utilizar como sinônimos as palavras **inclusão e equidade**. Por vezes falamos em **inclusão**, outras em equidade, mas essas palavras não podem ser consideradas sinônimas, embora ambas busquem promover o respeito à diversidade. Perrenoud (2000) esclarece a **equidade** como a distribuição **igualitária de oportunidades**, como forma de garantir que os discentes possuam as mesmas condições e assim consigam se desenvolver com **precisão e qualidade**.

Nessa seara, a busca por uma educação com vistas à **igualdade de oportunidades** para os discentes está em consonância aos princípios e direitos humanos, por meio de uma formação **igualitária e respeitosa**. No contexto da **perspectiva inclusiva**, Mantoan (2011, p. 14) afirma que “**é urgente** que os planos educacionais se redefinam para uma educação voltada para a **cidadania global**, plena, **livre de preconceitos**, e que reconheça e **valorize as diferenças**”.

Fique atento!
*De acordo com o DSM-5,
a prevalência da DI é
maior em indivíduos do
sexo masculino, com uma
razão estimada de
aproximadamente 1,6
homem para cada mulher*



Em relação à **Diversidade**, Candau (2011) enfatiza que pode ser compreendida como uma **construção histórica social e cultural das diferenças**, que, por conseguinte, está atrelada às relações de poder, aos processos de colonização e dominação.

Essa compreensão caminha ao encontro do que preconiza a Lei nº 9.394 que dispõe sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que regulamentou o **reconhecimento da diversidade no campo educacional**, destacando os princípios norteadores do ensino, tais como o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a gestão democrática do ensino e a **valorização da experiência vivida fora da escola formal**.

O Brasil é um país caracterizado por sua **diversidade** cultural, étnica e religiosa. Desse modo, compreende-se que um dos grandes desafios para as instituições escolares de formação profissional é garantir que a formação humana seja **acolhedora das diferenças e propagadora do respeito ao diverso**. Assim, compreender e saber como lidar com a diversidade nos espaços de formação é um benefício para romper e fragmentar a discriminação e o preconceito enraizado ou materializado nas relações de **formação humana**.

Mas afinal o que é integração?
Integração pode ser considerada como sinônimo de inclusão?

Integração e Inclusão não podem ser consideradas iguais, visto que o conceito de integração sugere que o discente seja atendido nas classes especiais e após está "preparado", é encaminhado ao ensino "normal" com os demais discentes. Então, o que se percebe é que a **integração** é o oposto da **inclusão**, pois a inclusão requer que todos façam e se desenvolvam juntos, em um processo de respeito às particularidades de cada sujeito.



Figura 1.
Diversidade -Inclusão e integração.
Consultor de inclusão Romeu Sassaki, fala sobre inclusão e integração.
Disponível em: <https://l1nq.com/oiqhE>
Fonte: Domínio Público, 2025



Figura 2.
Inclusão de pessoas com deficiência nas escolas brasileiras. Processo de inclusão debatido pelas professoras Maria Teresa Mantoan, da Faculdade de Educação da Unicamp, e Elizabete Renders, da Universidade Metodista.
Disponível em: <https://l1nq.com/kmYpg>
Fonte: Domínio Público, 2025

O conceito de **inclusão** está ligado à ideia postulada pela Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), a qual declara que a inclusão deve ser compreendida enquanto “uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do **direito de todos** os discentes de estarem juntos, aprendendo e participando, **sem nenhum tipo de discriminação**” (Brasil, 2008).

O **respeito** ao diverso deve ser considerado como norte nas relações sociais. Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar que a **diversidade** não diz respeito apenas ao Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), visto que as diferenças existem independentemente de estarem relacionadas a uma deficiência. Deve-se respeitar os discentes com DI e **não negligenciar ou colocá-los à margem**, tendo em vista que o movimento da inclusão considera como necessárias posturas de **comprometimento**, que possuam como objetivo a **modificação** do sistema, tendo a diversidade como eixo central do processo de inclusão.

O que é a Inclusão na Educação?

A **inclusão** nos espaços da Educação pode ser compreendida como **rejeição a todas as práticas e princípios que excluam** os sujeitos por conta de suas diferenças. As instituições que buscam seguir a política de Educação Inclusiva em seus espaços devem desenvolver estratégias, ações, projetos e políticas que primam pela **construção de conhecimentos de forma partilhada**, fazendo uso do **respeito** e excluindo o **preconceito e a discriminação**.

Para Sassaki (1997, p. 41), incluir é:

[...] trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.



Figura 3
A Inclusão na Educação. Revista
Inclusão do Ministério da Educação
(MEC), abordando temas como
acessibilidade nos espaços escolares,
uso de tecnologias assistivas e práticas
pedagógicas inclusivas para discentes
com deficiência.
Disponívelem:
<https://abrelink.me/Nbedm>
Fonte: Domínio Público, 2025



Na perspectiva de Plaisance (2010) a **integração** é assimilacionista e a **inclusão**, ao contrário, é uma luta pela **valorização da diferença e da identidade**, com ênfase no **acesso** e na **participação de todos** na escola.

No âmbito pedagógico pode ser compreendida como:

[...] em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no discente, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o discente deva ajustar-se a padrões de "normalidade" para aprender (MEC, 2001, p.15).

Para Resende e Ávila (2010) a palavra inclusão remete a uma definição mais ampla, indicando uma inserção total e incondicional. Integração, por sua vez, dá ideia de inserção parcial e condicionada às possibilidades de cada pessoa. A inclusão exige a transformação da escola, pois defende a inserção, no ensino regular, dos discentes com qualquer deficiência ou déficit; cabe às escolas se adaptarem às necessidades do seu público.



Figura 4
Livro: Repensando a Inclusão Escolar: Diretrizes Políticas, Práticas Curriculares e Deficiência Intelectual -Márcia Denise Pletsch.,Disponívelem: <https://abrelink.me/tevoE>
Fonte: Domínio Público, 2025

As práticas inclusivas abraçam a **diversidade** e o **protagonismo** discente ao acreditarem que **todos são capazes** de participar, interagir, explorar e se desenvolver ao dar **visibilidade e voz a todos**, na perspectiva de que sejam **sujeitos ativos** nas tomadas de decisão, por meio de **ações que instiguem a criatividade e a reflexão**. Para Camargo (2017, p.1):

"Inclusão é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem."



2.3 DIFERENÇA ENTRE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI) E DOENÇA MENTAL



Em um contexto inicial, torna-se imperativo definir de forma abrangente o que são **Pessoas com Deficiência**. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi aprovada em 2015, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Brasil, 2015):

"Considera -se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas." (Brasil, 2015)



Fique atento!
PESSOA COM DEFICIÊNCIA é a forma adequada de se referir a pessoa que possui algum tipo de deficiência. Estando superadas as expressões Pessoa Especial, Pessoa Portadora de Deficiência e Pessoa com Necessidades Especiais.

■ Caracterizando a deficiência intelectual

A definição de **deficiência intelectual** foi concebida pela Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD), como uma deficiência caracterizada por **limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo**, que envolvem habilidades conceituais, sociais e práticas. Essa deficiência se manifesta antes dos 18 anos de idade (AAIDD, 2016).

Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza a deficiência intelectual como: "**a redução da capacidade de lidar com informações novas e/ou com certa complexidade**, o que afeta significativamente a capacidade de aprender e/ou usar habilidades novas" (OMS, 2010). Essas definições colaboram com a compreensão sobre o que são pessoas com deficiência e especificamente a deficiência intelectual.

■ Conceituando a doença mental

A OMS (2010) define **saúde** "não apenas como a ausência de doença, mas como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social". Em seus relatórios, a OMS conceitua **saúde mental** como "[...] um estado de bem-estar no qual o indivíduo percebe as suas próprias capacidades, possa lidar com as tensões normais da vida, possa trabalhar de forma produtiva e frutífera e possa contribuir para a sua comunidade".

A **doença mental ou transtorno mental** é caracterizada pela OMS como uma **disfunção que causa dificuldade** em alcançar um nível ótimo de funcionamento e competência em suas atividades do cotidiano. Isso implica a concepção de que a **doença mental** afeta o **bem-estar** de uma pessoa, impedindo-a de se desenvolver e realizar suas **funções sociais, profissionais e familiares** de forma plena.



*Fique atento!
Deficiência
Intelectual não
é sinônimo de
doença mental.*

A **doença mental** pode surgir em qualquer fase da vida, afetando o funcionamento emocional e psicológico. A **ajuda de um profissional especializado** deve ser procurada em casos de sintomas como tristeza intensa, medo constante, desorganização de pensamento ou comportamentos extremos interferirem no funcionamento diário, sendo fundamental **buscar orientação profissional** com um psiquiatra ou psicólogo.

Doença Mental	Principais Características	Impactos no Cotidiano
Depressão	Tristeza profunda, perda de interesse, cansaço excessivo, baixa autoestima	Dificuldade de se concentrar, trabalhar ou socializar
Ansiedade Generalizada	Preocupação constante, tensão, medo sem motivo claro, inquietação.	Dificuldade para relaxar, dormir e tomar decisões
Transtorno Bipolar	Alternância entre episódios de euforia (mania) e depressão.	Instabilidade emocional e prejuízo nas relações
Esquizofrenia	Alucinações, delírios, fala desorganizada, isolamento.	Comprometimento da percepção da realidade
TOC (Transtorno Obsessivo-Compulsivo)	Pensamentos repetitivos e comportamentos compulsivos para aliviar a ansiedade.	Lavar as mãos excessivamente, checar coisas repetidamente
Transtornos Alimentares	Preocupação excessiva com peso e aparência, distorção da autoimagem.	Recusa alimentar (anorexia) ou compulsão alimentar
Transtorno de Pânico	Crises súbitas de medo intenso, falta de ar, coração acelerado.	Medo de sair de casa, evitar lugares públicos
Transtorno de Personalidade Borderline	Instabilidade nas emoções, impulsividade, medo de abandono.	Dificuldade de manter relações afetivas e sociais

Fonte: adaptado do Canal Saúde Fio Cruz, 2022.

Diante dessas características, é crucial que docentes e educadores de maneira geral, estejam cientes para oferecerem **adaptações e apoio adequados**.

2.4 DISTINÇÃO ENTRE SALA REGULAR, ATENDIMENTO CLÍNICO E AEE



Assim como o **movimento inclusivo** exige mudanças estruturais para as escolas comuns e especiais, ele também propõe que haja uma **articulação** entre os diferentes profissionais envolvidos neste processo. Nessa direção, o **diálogo entre diversos profissionais** é necessário para o aprofundamento e melhor desempenho, seja do discente, do professor ou do especialista.

No entanto, o diálogo só acontece quando as partes que **se respeitam mutuamente** e não assumem uma posição de superioridade de conhecimento e de dominação sobre o outro (Mantoan, 2011). Desta forma, para que cada espaço se organize e cumpra com o que se propõe, sem ocupar ou se sobrepor ao trabalho do outro, faz-se necessário destacar seus conceitos e concepções:

■ **Sala regular:** Espaço educacional onde devem ser oferecidas as aulas do currículo escolar a todos os discentes, **independentemente de suas necessidades educacionais específicas**. Também é um espaço que deve **respeitar as diversidades**, privilegiando e acolhendo as diferenças (Mantoan, 2011).

■ **Atendimento Educacional Especializado (AEE):** Concebido como um conjunto de ações e/ou atividades que **se diferenciam das realizadas na sala comum**, considerado um dos principais serviços da educação especial, compreendido como **espaço de inclusão** dos sujeitos PAEE na escola regular. "O AEE é parte da educação especial, realizado de forma **complementar ou suplementar** à escolarização, com a função de disponibilizar recursos e estratégias pedagógicas que promovam a **acessibilidade** e a aprendizagem dos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação." (Brasil, 2008).

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (Brasil, 2009).



■ **Atendimento Clínico:** O atendimento clínico é caracterizado por uma prática profissional sistemática, voltada à **escuta, avaliação, diagnóstico e intervenção**, com base em conhecimentos científicos e éticos, visando a **promoção da saúde** e o alívio do sofrimento humano (Bock;Furtado;Teixeira,2007).



“A inclusão, enquanto forma de flexibilizar a resposta educativa de modo a fornecer uma educação básica de qualidade a todos os discentes, tem sido apontada como uma solução para o problema da exclusão educacional” (Freire, 2008).

Ambiente escolar comum onde todos os alunos (com ou sem deficiência) aprendem juntos.



Espaço escolar que deve garantir o direito à educação inclusiva, com convivência e participação plena.

Fonte: Elaboração própria (2025).

ATENDIMENTO CLÍNICO

Serviço oferecido fora da escola, em ambientes como clínicas, hospitais ou centros especializados.

Apoia o desenvolvimento dos discentes com deficiência, mas não substitui a escola nem o AEE.



Possui como objetivos principais o diagnóstico, a reabilitação e o acompanhamento dos profissionais da saúde: fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, dentre outros.

Fonte: Elaboração própria (2025).

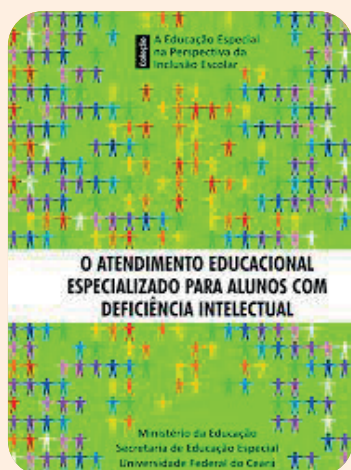


Figura 5. Fascículo sobre Atendimento Educacional Especializado Fascículo a educação especial na perspectiva da inclusão escolar. O Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual (2010).

Disponível em:
<https://abrelink.me/nWdHG>

Fonte: Domínio Público, 2025



VOCÊ SABIA?

■ A Educação Inclusiva e os direitos das PCD no Brasil deu um passo importante com o Decreto nº 6.571/2008, que garantiu o AEE para discentes com deficiência **preferencialmente** na rede regular de ensino, e **não em classes ou escolas separadas**.

Esse decreto reforçou que a inclusão deve ocorrer no **mesmo espaço onde todos estudam**, com adaptações e apoios adequados aos ritmos de aprendizagem de cada discente, com vista a valorizar a convivência, o **respeito às diferenças** e o direito à aprendizagem de todos nos espaços escolares.

Você pode conhecer mais sobre o Decreto nº 6.571/2008 acessando na íntegra: <https://abrelink.me/HtjGU> ou neste vídeo: <https://abrelink.me/mCmyU>, que aborda a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, destacando as diretrizes estabelecidas pelo decreto e sua importância para a inclusão de discentes com deficiência no sistema educacional regular.



PARA SABER MAIS!

■ ENTREVISTA

David Rodrigues Presidente da Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial (2022). Discute os retrocessos e desafios enfrentados pelas escolas em relação à inclusão, enfatizando a necessidade de integrar a diferença no ambiente escolar a partir de um currículo que atenda as diversidades.

Disponível em: <https://abrelink.me/DSnuk>.

■ ARTIGOS

KORT-KAMP, Thauana Gomes; AZEVEDO, Breno Fabrício Terra. Formação continuada docente na perspectiva da educação inclusiva. Revista Vértices, [S.l.], v. 25, n. 3, p. e25321085, 2024. DOI: 10.19180/1809-2667.v25n32023.21085.

Disponível em:

<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/21085>.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EPT: ACESSIBILIDADE CURRICULAR

Elaborar e executar uma proposta curricular na perspectiva inclusiva requer dos sujeitos que trabalham com a inclusão em seus espaços **mudanças de posturas e adaptações** a fim de incluir todos os discentes sem distinção.

Desse modo, os discentes com DI **têm assegurado o direito às adaptações curriculares** que se fizerem necessárias para o atendimento às suas necessidades educacionais, **considerando suas limitações e potencialidades**, por meio de estratégias e recursos que facilitem e colaborem para seu desenvolvimento.

A **acessibilidade curricular** é um conceito fundamental no campo da educação inclusiva, pois refere-se à possibilidade de **todos** os discentes, com ou sem deficiência, acessarem, participarem e se beneficiarem do currículo escolar, com as **adequações necessárias** para garantir a **equidade** no processo educacional. Nesse sentido, Sasaki (2009), afirma que a **acessibilidade** de pessoas com deficiência **perpassa o acesso físico, pedagógico, comunicacional**, entre outras formas de oportunizar a interação entre os sujeitos.



Fonte: adaptação (Glat, 2015).

Tendo como base a LBI a **acessibilidade** pode ser conceituada como a:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, s/p).

De acordo com o MEC, a **acessibilidade curricular** envolve a **supressão de barreiras atitudinais, pedagógicas e metodológicas** que dificultam ou impedem a aprendizagem dos discentes com deficiência. Trata-se da garantia de que esses discentes possam usufruir dos conteúdos, das atividades e dos processos avaliativos de **maneira significativa e compatível com suas necessidades** (Brasil, 2007).

Nesse sentido, acessibilidade curricular está diretamente relacionada à **adoção de práticas pedagógicas diferenciadas**, uso de recursos didáticos adaptados, aplicação de instrumentos de avaliação diversificados e organização de um **ambiente escolar inclusivo**. Ela se manifesta na **flexibilidade e na maleabilidade do currículo**, no respeito aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem e na **valorização das potencialidades** dos discentes com DI. Glat (2015) pontua que a educação do discente com DI deve atender às suas necessidades especiais, **sem se desviar dos princípios básicos da educação** proposta às demais pessoas.

A ideia de acessibilidade curricular também dialoga com o princípio do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe o **planejamento de ambientes e experiências de aprendizagem acessíveis** desde o início para o maior número possível de discentes, sem a necessidade de adaptações posteriores (Cast, 2013). Assim, garantir acessibilidade curricular é um **compromisso ético e pedagógico da escola inclusiva**, pois significa oferecer condições reais e equitativas de aprendizagem, **reconhecendo a diversidade como constitutiva do processo educativo**.

3.1 Processo de aprendizagem do discente com DI

De acordo com a **AAIDD** (American Association on Intellectual and Developmental Disabilities), a Deficiência Intelectual é caracterizada por **limitações** significativas tanto no **funcionamento intelectual** quanto no comportamento adaptativo, manifestadas **antes dos 18 anos de idade**. Essas **limitações influenciam** diretamente o modo como o discente aprende, resolve problemas e se relaciona com o mundo ao seu redor, **exigindo práticas pedagógicas específicas e acolhedoras**.

Vigotski (1997) argumentava que a aprendizagem acontece a partir da **interação social** e que a mediação do adulto (ou de um par mais experiente) é **fundamental**. Nesse sentido, para discentes com DI a **mediação adequada** permite avançar **além do nível** de desenvolvimento atual. Para Mantoan (2011), o discente com DI é **capaz** de realizar um processo educacional por meio de um **currículo** baseado em **conteúdos construtivistas**, que consideram seu desenvolvimento **individual e entre pares**.



Para Freire (2019), a educação deveria ser uma prática **dialógica, humanizadora e inclusiva**. Nessa direção, compreende-se que nas **práticas** com os discentes com DI, é essencial praticar uma pedagogia do **respeito, escuta e valorização do saber do discente**.

Nessa seara, Piaget (1998) aponta que os discentes com deficiência **permanecem por mais tempo** nos estágios iniciais do desenvolvimento cognitivo, necessitando de **atividades concretas, manipulativas e contextualizadas**. Embora Piaget valorizasse a construção autônoma do conhecimento, discentes com DI se **beneficiam de maior intervenção direta e estratégias adaptativas**.

3.2 Características associadas a DI na sala de aula

A DI se manifesta de forma **variada em cada indivíduo**, mas alguns traços comuns podem ser **observados no contexto escolar**. Esses traços influenciam diretamente o processo de **ensino-aprendizagem** e requerem **intervenções pedagógicas adequadas**. No contexto da sala de aula, os discentes com DI apresentam ritmos de aprendizagem mais lentos e **necessitam de maior tempo e apoio** para compreender e consolidar os conteúdos escolares.

1. Funcionamento Cognitivo Limitado

Discentes com DI geralmente apresentam **dificuldade em compreender, processar e aplicar informações abstratas**. Piaget (1998) destaca que muitos discentes com DI **permanecem por mais tempo nos estágios iniciais do desenvolvimento cognitivo** (principalmente no operatório concreto), necessitando de **atividades práticas, concretas e contextualizadas** para aprender com mais eficácia.

2. Dificuldade de Memória e Atenção

Discentes com DI tendem a apresentar **limitações na memória de curto prazo** e na **atenção sustentada**, o que **afeta a retenção de informações** e a realização de tarefas contínuas. Vigotski (1997), reforça a importância da **mediação do adulto** e de instrumentos como **recursos visuais e linguagem simplificada** para favorecer o desenvolvimento dessas funções cognitivas.

3. Ritmo de Aprendizagem mais Lento

A aprendizagem de discentes com DI é mais **lenta e requer maior tempo**, repetição e apoio constante. Isso exige **planejamento pedagógico individualizado e objetivos realistas**. Freire (2019) ressalta a importância de respeitar o tempo de cada sujeito no processo educativo, destacando o papel do **educador como facilitador do saber** e não como transmissor de conteúdos prontos.

4. Dificuldades em Relações Sociais

Alguns discentes com DI podem ter dificuldades de interação social, seja por limitações na linguagem, comportamentos inadequados ou **dificuldades de compreensão** de normas sociais. Vigotski (1997) defende que o **desenvolvimento cognitivo é construído na interação com os outros**. Portanto, é essencial criar ambientes de aprendizagem **colaborativos e inclusivos**, onde esses discentes possam aprender com pares.

DISCENTES COM DI PODEM APRESENTAR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:		IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO:	
1	Pensamento concreto	1	Usar materiais visuais e manipulativos
2	Atenção reduzida	2	Dividir tarefas em etapas curtas
3	Dificuldade na linguagem	3	Utilizar linguagem simples e clara
4	Aprendizagem lenta	4	Repetir conteúdos e reforçar positivamente
5	Baixa autonomia	5	Oferecer apoio e estímulos graduais
6	Socialização limitada	6	Promover atividades em grupo com mediação

3.3 Formas de avaliação do discente com DI

A avaliação do discente com DI deve considerar as particularidades cognitivas, sociais e emocionais, com foco no processo de aprendizagem e não apenas no desempenho final. Nessa direção, Hoffmann (2012) propõe uma avaliação diagnóstica, contínua e qualitativa, voltada à compreensão do percurso do discente. Para ela, avaliar é acompanhar o desenvolvimento, não rotular.



De forma complementar, Vigotski (1997) com o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), fundamenta a importância de o professor atuar como mediador, oferecendo apoio para que o discente alcance níveis mais elevados de aprendizagem. Essa mediação deve ser considerada também na avaliação, valorizando potencialidades e avanços, mesmo que pequenos.

Nas escolas inspiradas no paradigma da inclusão, as avaliações são contínuas, incluídas, baseadas em inúmeras fontes realimentativas e ipsativas. A escola precisa adotar um sistema que contemple 3 princípios avaliativos para os discentes com DI, sendo eles:

IPSEIDADE: comparar a avaliação de cada discente com as outras avaliações do mesmo discente e não com as de outros discentes, de modo a respeitar a identidade e as trajetórias individuais do discente no processo avaliativo.

PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE: todas as aulas servem como fontes de evidência do aprendizado.

PRINCÍPIO DA INCLUSIVIDADE: a avaliação não é um instrumento de exclusão, mas de construção do conhecimento, orientada para o crescimento de cada discente em uma prática em que avaliação serve para incluir e não para excluir.

Fonte: adaptação (Luckesi, 2021).

Mantoan (2011) defende que a **avaliação** dos discentes com deficiência deve ser **inclusiva**, devendo considerar as suas formas específicas de **aprender e expressar** o que sabem. Isso inclui **instrumentos diversificados** (desenhos, dramatizações, produções orais ou com apoio de tecnologias assistivas) e critérios flexíveis. Luckesi (2011) propõe uma avaliação **dialógica e emancipadora**, voltada para a **formação humana integral**, que prioriza **habilidades úteis para a vida social e profissional**, respeitando os **interesses e capacidades do discente**.

Os discentes com DI apresentam atrasos cognitivos que impactam de forma direta na maneira como **aprendem e processam as informações do ambiente**. Esses atrasos podem exercer influência significativa na forma como esses discentes aprendem. Desse modo, é essencial considerar essas particularidades ao **planejar estratégias pedagógicas inclusivas e acolhedoras**, a fim de promover a inclusão efetiva desses discentes.

Observação sistemática

A observação é uma forma contínua e sensível de captar o desenvolvimento do discente em situações reais de aprendizagem (Hoffmann, 2012).

Portfólios

Reúnem produções, registros de atividades e reflexões, permitindo acompanhar o percurso e os avanços do discente ao longo do tempo. (Luckesi, 2011).

Avaliação oral ou prática

Para discentes com dificuldades na linguagem escrita, é fundamental utilizar estratégias orais, dramatizações, desenhos, simulações ou atividades práticas como formas de expressão do conhecimento. (Mantoan, 2011).

Diversificação dos instrumentos

A avaliação deve considerar diferentes modos de expressão e linguagens, inclusive o uso de recursos visuais, tecnológicos ou alternativos. (Perrenoud, 1999).

Avaliação adaptada com base nas potencialidades

As estratégias devem se ajustar às necessidades e capacidades do discente, valorizando o que ele consegue realizar com ou sem apoio. (Vigotski, 1997).

Autoavaliação mediada

Mesmo com limitações cognitivas, os discentes podem ser incentivados, com mediação adequada, a refletir sobre o que aprenderam, promovendo autonomia e autoconhecimento (Hoffmann, 2012).



De acordo com Hoffmann (2001,p.56)

"É consensual a necessidade de rever e atualizar os conceitos e as práticas avaliativas tradicionais, normativas, padronizadas e classificatórias em uso nos sistemas educacionais, substituindo-as por outras mais voltadas para a dimensão política e social da avaliação".



Figura 6.
Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (PNTA)
Revista Inclusão do Ministério da Educação (MEC), abordando temas como acessibilidade nos espaços escolares, uso de tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inclusivas para discentes com deficiência.
Disponível em: <https://abre.ai/m857>
Fonte: Domínio Público, 2025

Fica claro com o pensamento da autora que é necessária a revisão sobre os conceitos acerca da avaliação das práticas de **inclusão**, de forma a **incluir sem discriminar ou baixar o nível de aprendizagem do discente** por conta de sua deficiência ou negar-lhe um **direito garantido por lei** com o pretexto de que ele é "deficiente".

Nesse contexto, compreende-se que a avaliação dos discentes com DI exige estratégias que considerem suas especificidades. Desse modo, a Tecnologia Assistiva (TA) configura-se como um **recurso indispensável para assegurar condições equitativas de participação, expressão e desempenho nas atividades avaliativas**. Conforme o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), a TA compreende um conjunto de recursos e serviços que visam **proporcionar ou ampliar habilidades funcionais** de PCD, promovendo sua autonomia, inclusão e qualidade de vida.

Na perspectiva de Mantoan (2011), avaliar não deve significar submeter todos os estudantes a um mesmo padrão de desempenho, mas **reconhecer e valorizar os avanços individuais com base em suas condições e contextos de aprendizagem**. A TA, nesse sentido, potencializa o processo avaliativo ao favorecer a manifestação das **habilidades do discente** com DI, promovendo sua participação ativa e respeitando seu ritmo e estilo de aprendizagem.

Portanto, a incorporação da Tecnologia Assistiva nas práticas avaliativas **não representa apenas uma estratégia pedagógica**, mas uma exigência ética e legal para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, em consonância com os princípios da equidade e da **valorização da diversidade** (Brasil, 2015).

Assim, é por meio da busca em **acentuar suas potencialidades** e possibilidades que a **inclusão** cresce e vai se consolidando no campo do **respeito**. Tendo em vista que todos nós temos nossas dificuldades e limitações e que vale lembrar que a **avaliação deve ser flexível, diversificada** e sobretudo, deve buscar envolver maneiras que englobem de forma geral as noções básicas de **cidadania** e as variadas faces sociais do contexto dos indivíduos.

A avaliação do desempenho dos alunos que apresentem algum tipo de necessidade especial deve acontecer de maneira mediada pelos professores por meio de **relatórios** detalhados que **descrevam suas dificuldades e também suas habilidades**. Assim, o relatório deve conter quais tipos de tarefas o discente apresentou mais dificuldade, qual conhecimento dominou e em que precisa ter mais atenção. Esses relatórios mensais servem de **apoio para um plano individualizado de ensino** que define estratégias a serem usadas com esse discente.



3.4 Como realizar a inclusão do discente com DI?



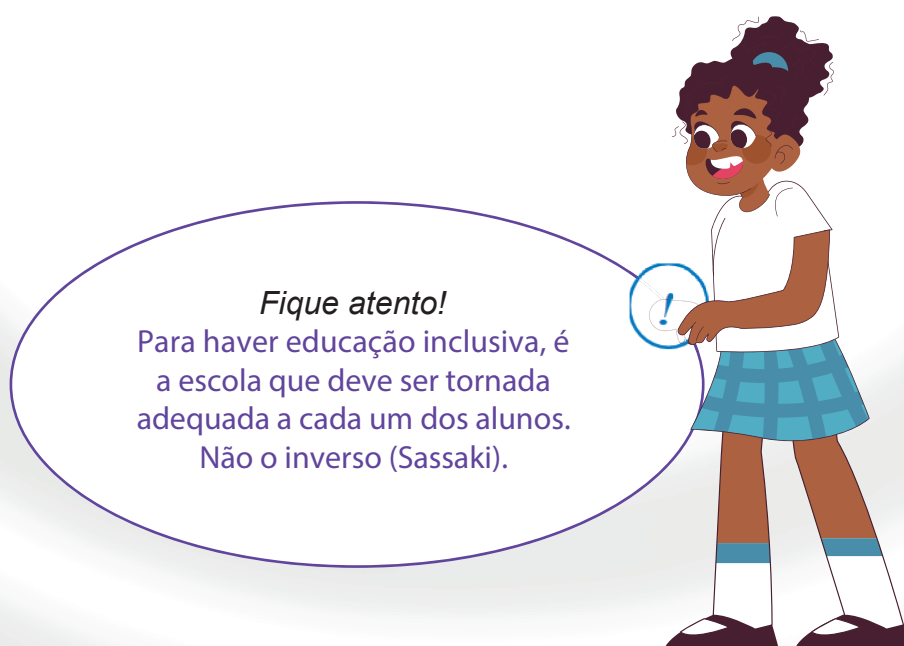
A inclusão do discente com DI exige a **adoção de práticas pedagógicas, organizacionais e atitudinais** que assegurem sua plena participação no ambiente escolar, respeitando suas especificidades e reconhecendo-o como **sujeito de direitos**. Infere-se que a inclusão não se restringe ao acesso físico ao espaço escolar, mas implica a **valorização da diversidade e o compromisso com uma educação de qualidade para todos**.

Na perspectiva de Mantoan (2011), incluir significa **repensar o papel da escola**, de modo que esta se reorganize para atender às diferenças entre os discentes, com ênfase na **aprendizagem e na convivência democrática**. Isso envolve, necessariamente, a **revisão de currículos, metodologias, avaliações e atitudes dos profissionais que compõe a EPT**. No processo de inclusão do discente com DI, o educador deve atentar-se a alguns pontos cruciais:

- **Valorização das competências e potencialidades:** desenvolver a compreensão de que a DI "não é uma doença", mas um estilo cognitivo com limites e capacidades próprias;
- **Contextualização dos conteúdos:** adaptar os conteúdos à vivência cotidiana do discente, tornando o aprendizado mais significativo;
- **Comunicação eficaz e adaptada:** Usar linguagem clara, direta e objetiva, evitando jargões ou frases muito longas;
- **Desenvolvimento da autonomia:** Planejar instruções com passos e gatilhos para favorecer a independência, a partir do suporte que deve diminuir progressivamente, até o discente alcançar a autonomia.

Portanto, para promover a inclusão do discente com DI, faz-se necessário estratégias que desenvolvam a **linguagem simplificada, a comunicação interpessoal e atitudes colaborativas** que acentuem o respeito às diversidades. A primeira ação fundamental é a **adaptação curricular**, que consiste em flexibilizar conteúdos, estratégias de ensino, formas de avaliação e organização do tempo escolar, de modo a **atender às necessidades individuais** dos discentes (Glat, 2015). Isso não significa reduzir os objetivos de aprendizagem, mas sim **buscar caminhos alternativos** para que o discente com DI possa atingir o máximo de seu potencial.

Outro aspecto essencial é o **uso de metodologias ativas e diferenciadas**, com atividades práticas, uso de recursos visuais, materiais concretos e tecnologias assistivas, que favoreçam a compreensão e o engajamento do discente (Pletsch, 2022). Além disso, o professor deve desenvolver **estratégias de mediação e promover a interação entre os discentes**, estimulando o trabalho colaborativo e o respeito à **diversidade** (Vigotski, 1997).



O que fazer diante de um discente com DI?

Ao se deparar com um discente com DI, a primeira atitude necessária é reconhecer que ele é, antes de tudo, um **discente com direitos garantidos** à educação de qualidade, à participação e à aprendizagem, uma vez que a inclusão **não se resume à matrícula** ou à presença física na escola, mas exige um **compromisso ético, pedagógico e humano** de todos os envolvidos no processo educativo.

Diante de um discente com DI, o que se espera é uma postura de **acolhimento, respeito, adaptação e compromisso com a aprendizagem**, sempre orientada pelos princípios da **inclusão e da valorização da diversidade humana**, em um processo de **colaboração** por parte de toda a escola para garantir um ambiente acolhedor e sem barreiras atitudinais, como aponta Sassaki (2009), a **acessibilidade atitudinal** é essencial para que o discente com DI se sinta **aceito, valorizado e capaz**. Nesse interim, algumas ações são necessárias para a **inclusão efetiva** dos discentes com DI, sendo elas:

- Ao dirigir-se ao educando com deficiência intelectual, **aja com naturalidade**, como você faria com qualquer outra pessoa.
- **Não o ignore** durante a conversação.
- Cumprimente-o e despeça-se dele, como você o faria com **outros discentes**.
- **Não o superproteja**, tampouco use linguagem infantilizada.
- As práticas pedagógicas devem ser pautadas pela valorização das potencialidades e pela adoção de **estratégias acessíveis**, respeitando o ritmo, as características e as **formas de aprendizagem** desse público.

Fonte: adaptação (Pletsch, 2022).



A **acessibilidade**, na perspectiva do DUA é um princípio fundamental para **garantir** que todos os discentes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou socioemocionais, possam **participar de forma plena e efetiva** dos processos de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, o DUA propõe a criação de **ambientes educacionais flexíveis e adaptáveis**, que considerem desde o início a diversidade de necessidades dos discentes, **evitando** soluções segregadoras.

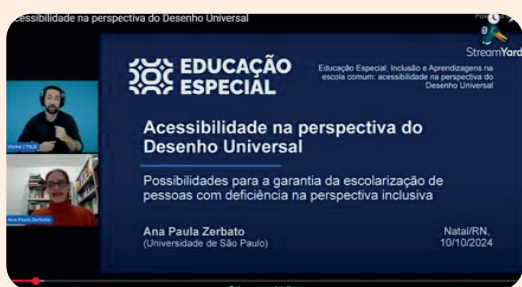


Figura 7.
Aula pública com a Prof.^a Dr.^a Ana Paula Zerbato
Aula ocorrida na USP em outubro de 2024, com a temática: Acessibilidade na perspectiva do Desenho Universal.
Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=1bwEN6hK8os>
Fonte: Domínio Público, 2025

Cordeiro e Souza (2024), afirmam que a implementação do DUA melhora a experiência educativa ao oferecer múltiplas formas de envolver os discentes, favorecendo não apenas a aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas também o desenvolvimento emocional e social, um compromisso ético em garantir a todos as mesmas oportunidades de sucesso.

O DUA é uma **proposta de prática pedagógica universal** que considera a heterogeneidade das salas para pensar o ensino na perspectiva da Educação Inclusiva, com vistas a **garantir a equidade**, motivando o discente em seu processo de aprendizagem. Nessa direção, compreende-se que a proposta de ensino baseada no DUA de acordo com Zerbato (2018, p. 4) "visa o planejamento do ensino e acesso ao conhecimento para **todos** os discentes".



Estratégias pedagógicas a partir do DUA

Recursos de manipulação de forma e conteúdos digitais: permite alteração das imagens e do tamanho do texto, a velocidade ou tempo dos vídeos, animações, sons, simuladores e a disposição dos elementos visuais.

- **Recursos de compreensão de texto:** antecipar vocabulários e destacar expressões complexas.
- **Produção da informação em diferentes mídias:** informações disponibilizadas em braile, áudio descrição, vídeos e outros recursos para pessoas com deficiências sensoriais.
- **Recursos para destaque de conceitos:** grifar conceitos, destacar a relação entre ideias em um texto ou em mapas conceituais, marcar as transições nos textos e as relações na estrutura do texto, ou torná-las mais explícitas.
- **Recursos de organizadores avançados:** mapas conceituais, glossários de imagens e textos, infográficos, linhas do tempo, planilhas e recursos que contribuam para sistematização dos conteúdos, conceitos apresentados.
- **Recursos de ampliação de repertório:** animações, vídeos, documentários, box com opinião de especialistas, box com dicas de filmes e livros para ler, tabelas, mapas conceituais e outros recursos que sirvam para ampliar o conhecimento sobre os temas apresentados em aula.

Fonte: Adaptado da Organização Movimento Down (2015).



3.5 Acessibilidade Atitudinal, Pedagógica e Metodológica

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº13.146 de 2015 e do Decreto da Acessibilidade, nº 5296 de 2005, a **acessibilidade** pode ser compreendida como a **possibilidade** da PCD ou com mobilidade reduzida alcançar, com **segurança e autonomia**, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, os meios de transportes, informação e comunicação, e ainda, as tecnologias e outros serviços de uso coletivo em todos os espaços (Brasil, 2015).

Nesse sentido, tange a reflexão de que a inclusão, para contribuir para o **acolhimento e o êxito dos discentes com DI**, transcende apenas o acesso do discente na sala de aula regular, visto que implica inseri-los em todas as atividades, acentuando a construção autônoma de novos conhecimentos e **respeitando os ritmos de aprendizagem do discente**, o que exige das instituições escolares as modificações regulamentares e estruturais nos espaços pedagógicos e administrativos, a fim de subsidiar **práticas inclusivas e acolhedoras**. O processo de inclusão do discente diagnosticado com DI requer a oferta de meios que favoreçam sua acessibilidade nos espaços da instituição, sendo eles:

Acessibilidade Atitudinal

Refere-se à mudanças que englobam atitudes, valores, comportamentos e práticas discriminatórias no convívio com as pessoas com deficiência (Brasil, 2008). Sassaki (2009) destaca que essa é a mais importante forma de acessibilidade, pois sem ela as demais se tornam ineficazes.

Para o alcance da **acessibilidade atitudinal** faz-se necessário que os sujeitos que lidam com a inclusão em seus espaços cultivem o respeito como principal vertente, por meio do **reconhecimento das potencialidades dos discentes**, percebendo-os como pessoas capazes de ascenderem, não focando apenas em suas limitações, para **superar as barreiras comportamentais e preconceituosas** que impedem ou dificultam a plena participação dos discentes com DI.

Acessibilidade Pedagógica

Refere-se a eliminação de barreiras nos processos de ensino e aprendizagem, assegurando o acesso ao currículo por meio de recursos, mediações e estratégias diferenciadas (Brasil, 2008). Mantoan (2011) reforça que tornar a pedagogia praticada acessível significa reconhecer a diversidade dos discentes e promover igualdade de oportunidades.

A **acessibilidade pedagógica** requer o uso de materiais adaptados, linguagem simples, mediação por pares, pranchas de comunicação, dentre outros que facilitem a assimilação dos conhecimentos pelos discentes com DI. Nesse sentido, a acessibilidade pedagógica garante que os **conteúdos, atividades e recursos pedagógicos** estejam **acessíveis** aos discentes, considerando suas necessidades específicas.

Acessibilidade Metodológica

Pode ser compreendida como o conjunto de estratégias, práticas pedagógicas e formas de avaliação que favorecem a participação e aprendizagem dos discentes com deficiência (Brasil, 2008). Perrenoud (1999) defende práticas avaliativas e metodológicas que considerem a singularidade do discente, propondo uma escola reguladora da aprendizagem.

A **acessibilidade metodológica** requer novas metodologias, com diversidade de recursos de ensino, que utilizem a **variedade de novos conceitos de aprendizagem e de avaliação de conhecimentos** e habilidades dos discentes com DI. Diante do exposto, percebe-se que para a efetiva inclusão desse público, faz-se necessário o **uso de métodos de ensino diversificados e flexíveis**, que respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos discentes. Nesse sentido, é primordial que ocorra o **planejamento de aulas** que envolvam estratégias multissensoriais tais como: visuais, auditivas e táteis, bem como **avaliações diversificadas** (orais, práticas, visuais) e sobretudo, é de fundamental importância o oferecimento do apoio contínuo ao discente.

3.6 Os desafios da inclusão do DI nos espaços da EPT

A inclusão na EPT oportuniza a construção de uma **sociedade mais igualitária** ao colaborar na promoção do acesso, permanência e êxito dos discentes, independentemente de suas **características individuais**. Desse modo, compreende-se que a inclusão de discentes com DI na EPT representa um **avanço significativo nas políticas educacionais inclusivas**, contudo, ainda enfrenta inúmeros desafios para se **efetivar** de maneira plena.

Nesse sentido, compreende-se que a inclusão requer dos profissionais **estratégias e ações** capazes de ofertar aos discentes com DI um bom desempenho, sendo portanto uma **tarefa desafiadora**. Pode-se citar como principais desafios enfrentados no processo de inclusão dos discentes com DI:

FORMAÇÃO DOCENTE INSUFICIENTE



A formação inicial dos professores muitas vezes não contempla os princípios da educação inclusiva nem estratégias pedagógicas adequadas para alunos com DI. (Mantoan, 2011)

- Muitos professores da EPT não possuem formação específica para atuar com discentes com DI.
- Falta de preparo para adaptar conteúdos técnicos e metodologias às necessidades desse público.

CURRÍCULO RÍGIDO E POUCO FLEXÍVEL

Orrú (2017), aponta que a inclusão impõe a necessidade de se repensar e reinventar um currículo que seja flexível e que possibilite atender às singularidades de todos os aprendizes ao mesmo tempo.



- "A organização curricular tradicional da EPT representa uma barreira para a inclusão, exigindo adaptações curriculares individualizadas." (Brasil, 2008)

BARREIRAS METODOLÓGICAS E AVALIATIVAS



É preciso deslocar o foco da avaliação do produto final para o processo e os avanços individuais do aluno.
(Perrenoud, 1999)

- Métodos de ensino padronizados não contemplam a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem.
- Avaliações centradas em desempenho técnico não consideram o processo de aprendizagem do discente com DI.

AUSÊNCIA DE ACESSIBILIDADE (FÍSICA, ATITUDINAL E PEDAGÓGICA)

Sem acessibilidade atitudinal, não há inclusão real: o estudante pode estar presente, mas não plenamente participando.
(Sassaki, 2009)



- Ausência de recursos didáticos acessíveis, materiais adaptados às necessidades dos discentes e carência de suporte especializado.
- Barreiras atitudinais: preconceito, baixa expectativa sobre as capacidades dos discentes com DI.

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



A inclusão plena na EPT exige pensar não apenas no acesso, mas a permanência, o aprendizado significativo e a inserção no mundo do trabalho. (Brasil, 2015)

- Empresas e instituições muitas vezes não reconhecem a qualificação do discente com DI.
- A articulação entre EPT e empregabilidade ainda é frágil para essa população.

Sabemos que a inclusão não é uma tarefa fácil a ser desenvolvida nos espaços da EPT. No entanto, o primeiro passo a ser percorrido deve ser por meio do investimento em um **currículo com viés democrático e acolhedor**, haja vista que a EPT busca ofertar uma educação que **articule saberes e que valorize os sujeitos em sua totalidade**, favorecendo a **aprendizagem significativa** e estando alinhada às reais necessidades do mundo do trabalho, como propõem os referenciais da EPT que preza pela **contextualização do conhecimento a partir das vivências dos discentes**.

Nessa direção, Arroyo (2007, p.38) pontua que o currículo deve ser guiado:



"[...] pelo imperativo ético do respeito aos educandos, como sujeitos iguais de direitos, seremos levados a construir novas formas de ordenamento dos conteúdos que garantam não apenas o direito igual de todos ao conhecimento, à cultura, aos valores, à memória e à identidade na diversidade, mas que garantam a igualdade de todo conhecimento, cultura, valores, memórias e identidades sem hierarquias, segmentações e silenciamentos".



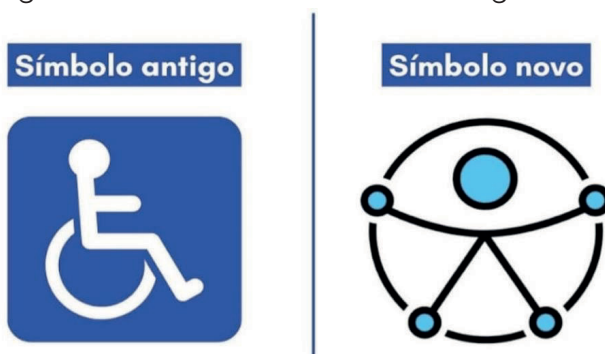
VOCÊ SABIA?

■ O Senado aprovou projeto que **substitui** o Símbolo Internacional de Acesso pelo Símbolo Internacional de **Acessibilidade**. O texto obriga o uso do símbolo em faixas de circulação, em pisos táteis direcionais e de alerta em mapas ou maquetes táteis. O **novo ícone** foi criado pela ONU em 2015 e transmite **autonomia, movimento e inclusão**, não limitando a deficiência ao uso da cadeira de rodas. O novo ícone **expande, acolhe** e representa a **diversidade** das vivências da PCD.

Antes: uma figura sentada em uma cadeira de rodas.

Agora: um símbolo universal que representa todas as pessoas com deficiência – física, sensorial, intelectual, múltipla.

Figura 8. Símbolo da acessibilidade antigo e atual



Fonte: Agência Senado, 2025.



PARA SABER MAIS!

ENTREVISTA

Neste vídeo, José Fernandes Franco, fundador e atual diretor da Rede dos Sonhos, uma rede de hotéis **acessíveis e inclusivos** para pessoas com deficiência, fala sobre sua jornada para criar a Rede dos Sonhos, as **motivações** para investir em **acessibilidade** e traz algumas considerações importantes sobre a criação de produtos e **serviços inclusivos e acessíveis** usando o conceito de design universal. Entrevista: Por quê investir em inclusão e acessibilidade? (2023).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BrvgEJe1-tM>

ARTIGOS

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e233730, 2021.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29866573092>.

1 O novo Símbolo Internacional de Acessibilidade, criado pela ONU em 2015, foi aprovado no Brasil pelo Senado Federal em 29 de abril de 2025, a mudança foi impulsionada pelo Projeto de Lei (PL) 2.199/2022.

4 ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DE DISCENTES COM DI

O processo de inclusão de discentes com DI regularmente matriculados nos espaços da EPT, vai além do acesso formal às instituições, haja vista que a efetiva inclusão requer ações concretas de acolhimento e estratégias que favoreçam a permanência e o aprendizado significativo desse público. Nesse contexto, o acolhimento se configura como a primeira etapa de uma trajetória que deve considerar as especificidades, potencialidades e necessidades individuais dos discentes, promovendo um ambiente educacional acessível, empático e respeitoso.

Já a permanência está diretamente relacionada às condições institucionais e pedagógicas que possibilitam ao discente não apenas frequentar as aulas, mas também aprender, participar e progredir. Assim, discutir o acolhimento e a permanência de discentes com DI implica refletir sobre políticas públicas, formação docente, acessibilidade atitudinal, pedagógica e metodológica, além da articulação com as famílias e com o mundo do trabalho.

A inclusão desse público demanda um olhar sensível e sistêmico para além do acesso físico aos espaços escolares. O ingresso desses sujeitos nas instituições educativas representa apenas o primeiro passo em uma trajetória que precisa ser acompanhada por políticas de acolhimento e estratégias efetivas de permanência, garantindo-lhes condições reais de participação, aprendizado e desenvolvimento pessoal e profissional.

*Fique atento!
Segundo Gomes e Moraes
(2018), o acolhimento
escolar, pode ser entendido
como um conjunto de
práticas que promovem a
escuta ativa e o respeito às
individualidades.*



O acolhimento, nesse sentido, não se restringe ao ato inicial de recepção, mas compreende um processo contínuo de construção de vínculos, reconhecimento da singularidade de cada discente e adaptação dos processos pedagógicos e institucionais às suas necessidades, pois envolve atitudes de escuta, empatia e respeito à diversidade, que devem ser compartilhadas por toda a comunidade escolar. Um acolhimento bem-sucedido possibilita ao discente com DI sentir-se pertencente ao ambiente educativo, que é uma condição fundamental para sua permanência.

A permanência, por sua vez, está diretamente relacionada à qualidade das práticas pedagógicas, à acessibilidade dos conteúdos, à flexibilidade curricular e à existência de apoios educacionais especializados. Desse modo, para que o discente com DI permaneça na escola e tenha sucesso em sua formação, é necessário que se considerem seus ritmos de aprendizagem, suas formas de expressão e interação, e que se ofereçam adaptações e recursos que promovam sua autonomia e protagonismo.

Além disso, a atuação colaborativa entre professores, a formação continuada em educação inclusiva e o envolvimento da família são fatores essenciais para sustentar esse processo.

A acessibilidade atitudinal, pedagógica e metodológica deve estar no centro das discussões institucionais sobre inclusão. Segundo Brasil (2015), a inclusão na EPT compreende não apenas o acesso, pois visa a permanência, o aprendizado significativo e a inserção no mundo do trabalho. Assim, garantir o direito à permanência não se trata de mera manutenção do discente na instituição, mas de assegurar que ele aprenda, se desenvolva e tenha possibilidades reais de inserção social e profissional.

Portanto, acolher e garantir a permanência de discentes com DI nos espaços da EPT é uma responsabilidade compartilhada que exige compromisso ético, práticas educativas inclusivas e políticas institucionais que enfrentem as barreiras ainda existentes. Somente assim será possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e de qualidade.

De acordo com Weisz (1999), o papel do educador na atualidade, em face de tudo o que a ciência já produziu em termos de conhecimentos, pois o trabalho docente exige cada vez mais do professor, que precisa desenvolver a habilidade de planejar ou adaptar situações de aprendizagem eficazes, considerando as características reais dos seus discentes e reconhecendo os diferentes caminhos que percorrem para aprender.



Figura 9.
Conferência: Escolarização de discentes com DI
Discute-se na conferência o planejamento
educacional individualizado com
a Professora
Marcia Denise Pletsch.
Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=_SV8fgv6d7A
Fonte: Domínio Público, 2025

Ressalva-se que o processo de acolhimento e permanência dos discentes com DI é uma tarefa coletiva, em que todos os sujeitos que compõe as unidades educativas devem se sentir parte do processo de inclusão e assim contribuir para práticas inclusivas efetivas, o que nos leva as reflexões de Teberosky e Cardoso (1993), ao enfatizarem que o professor precisa ter a quem recorrer. Portanto, os docentes devem se unir a outros profissionais da instituição a fim de firmar parcerias.

Faz-se necessária a ressalva de que alguns aspectos educacionais, como o Plano de Ensino Individual (PEI), o currículo e a didática são intrínsecos às questões da formação inicial e continuada. Portanto, se faz necessário repensar a forma como são estruturados os trabalhos de formação continuada ou em serviço, visando a obtenção de bons desempenhos no processo de inclusão do discente com DI.



Depreende-se, portanto, que o PEI é um instrumento pedagógico que organiza, planeja e sistematiza as estratégias educacionais voltadas ao atendimento das necessidades específicas de aprendizagem dos discentes com deficiência. De acordo

com Mantoan (2006), é por meio do PEI que a escola pode planejar ações educativas que assegurem ao discente com deficiência um percurso escolar com equidade, respeitando suas especificidades.

A elaboração do PEI deve ocorrer de forma colaborativa por uma equipe multidisciplinar, envolvendo professores, profissionais do AEE, família e, sempre que possível, o próprio discente. O principal objetivo do PEI é assegurar a acessibilidade curricular, promover o desenvolvimento das potencialidades e garantir o direito à educação de qualidade, indo ao encontro do que preconiza Pletsch (2019), que aponta que a construção do PEI deve considerar o contexto social e cultural do discente, seus interesses, suas potencialidades e os apoios necessários para sua aprendizagem e desenvolvimento.



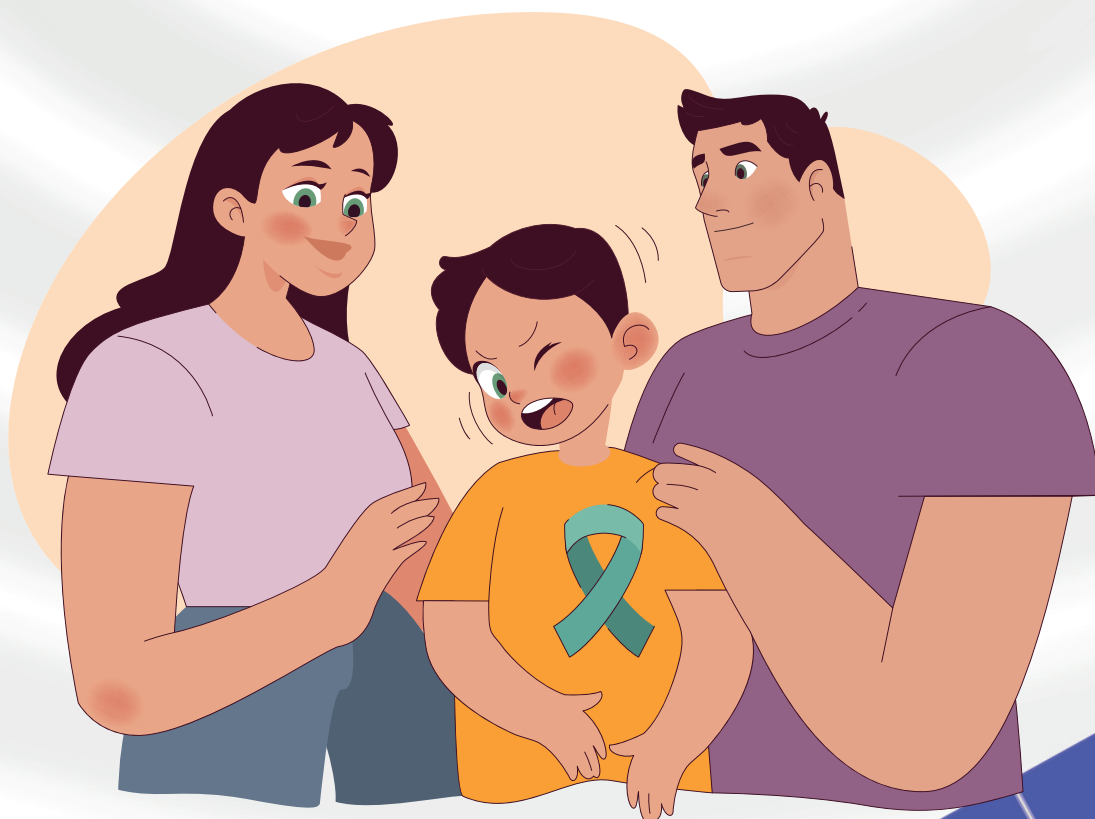
Na perspectiva da inclusão escolar, o PEI representa uma estratégia personalizada, que visa superar as barreiras ao ensino e à aprendizagem. Sua implementação é essencial para que os discentes com DI não apenas ingressem no ambiente escolar, mas permaneçam com sucesso, desenvolvendo habilidades cognitivas, sociais, comunicativas e práticas que favoreçam sua autonomia e participação ativa. Brasil (2023) pontua que o PEI é um instrumento essencial para o AEE, devendo ser elaborado em colaboração com os professores e com base nas necessidades do discente, visando a eliminação das barreiras à aprendizagem.

Ao considerar as necessidades educacionais específicas dos discentes com DI, o PEI permite a adaptação de conteúdos, metodologias, recursos e formas de avaliação, respeitando o ritmo e estilo de aprendizagem do discente. Isso favorece a motivação, o envolvimento e, principalmente, o sentimento de pertencimento e valorização do discente no processo educativo.

Além disso, o PEI se articula com os princípios do DUA e com a perspectiva histórico-cultural preconizada por Vigotski, ao considerar o discente como sujeito de direitos, com potencial de desenvolvimento a partir da mediação e das interações sociais.

De acordo com Pletsch e Glat (2012), o PEI é mais que uma ferramenta pedagógica, é um instrumento de efetivação do direito à educação de qualidade para os discentes com deficiência inclusos nos espaços educacionais. Portanto, o PEI é mais que uma exigência legal: é uma prática pedagógica ética e democrática, indispensável para a efetivação da inclusão, contribuindo significativamente para a permanência com qualidade e o êxito escolar dos discentes com DI. Sá Barreto et al. (2020) apontam que:

O PEI é uma ferramenta fundamental para garantir que as práticas pedagógicas estejam alinhadas às necessidades dos discentes com deficiência, promovendo sua permanência, participação e aprendizagem significativa.



5 ESTRATÉGIAS PARA ELIMINAR BARREIRAS PARA O ACESSO A INCLUSÃO

A inclusão de discentes com DI na EPT impõe **desafios** que vão além do ingresso formal nas instituições. Para que o acesso seja efetivo, é necessário **identificar e eliminar as diversas barreiras** que limitam a **participação plena** desses sujeitos nos processos educacionais. A seguir, são apresentadas estratégias fundamentais para superá-las e promover um ambiente escolar mais **justo, acolhedor e inclusivo**.

1. Formação Continuada dos Profissionais da Educação

Uma das estratégias prioritárias para a **eliminação de barreiras** é a **formação permanente** dos educadores. A educação inclusiva exige dos profissionais competências específicas, tanto no domínio dos conhecimentos pedagógicos quanto na dimensão **ética e atitudinal**. De acordo com Mantoan (2006), é fundamental que os professores compreendam que a inclusão não significa ensinar da mesma forma para todos, mas **adaptar a escola às diferenças** dos discentes.

Nesse sentido, é preciso oferecer **formação continuada** que aborde a DI, as metodologias inclusivas, a **avaliação processual** e os princípios da equidade. Essa capacitação deve ir além de cursos pontuais, constituindo-se em um **processo contínuo e colaborativo**.



2. Flexibilização Curricular e Metodológica

A flexibilização curricular é essencial para garantir o **direito de todos à aprendizagem**. Glat (2025) destaca que o projeto político-pedagógico (PPP) das escolas deve estar fundamentado na **flexibilização curricular**, incorporando **estratégias**

alternativas de ensino e avaliação, adaptadas às necessidades dos discentes e ao contexto escolar, com o objetivo de favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reconhecem a importância de um currículo acessível e da adoção do DUA como forma de atender à diversidade. Desse modo, as metodologias ativas, como projetos integradores, oficinas, roteiros personalizados e uso de recursos multisensoriais, favorecem a participação dos discentes com DI, proporcionando um ambiente mais inclusivo e estimulante. Além disso, é necessário diversificar os instrumentos de avaliação, valorizando os avanços individuais.

3. Garantia de Acessibilidade Plena

A acessibilidade plena deve ser compreendida como um conjunto de condições que asseguram o acesso, a permanência e a participação de todos os discentes, independentemente de suas limitações ou deficiências. De acordo com Sassaki (2009), a acessibilidade plena na escola envolve o compromisso com a eliminação de todas as barreiras para garantir a participação efetiva de todos.

Diante desse contexto a LBI reforça esse entendimento ao estabelecer, em seu Art. 3º, que acessibilidade é a possibilidade de utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, sistemas e meios de comunicação e informação, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público. Dessa forma, garantir acessibilidade plena na escola é garantir o direito à educação com equidade, reconhecendo as singularidades dos sujeitos e promovendo práticas pedagógicas que considerem a diversidade.

É necessário, portanto, adaptar os espaços físicos, os materiais didáticos, os canais de comunicação e as abordagens pedagógicas. A utilização de tecnologias assistivas, softwares educativos, linguagem acessível e materiais visuais pode facilitar a compreensão e expressão dos discentes com DI, ampliando suas possibilidades de participação.



4. Criação de Espaços de Escuta e Acolhimento

O **acolhimento** vai além do ato de recepção inicial, pois se trata de um **processo contínuo** de reconhecimento, valorização e escuta das necessidades dos discentes. Estabelecer **espaços de diálogo**, seja por meio de rodas de conversa, grupos de apoio ou atendimento psicopedagógico, contribui para a construção de vínculos e fortalece a permanência na instituição. Esses espaços também favorecem o **desenvolvimento emocional dos discentes**, fortalecendo sua autoestima, autonomia e sensação de pertencimento.

Desse modo, as ações acolhedoras devem estar presentes na escuta ativa e empática, que busca compreender as singularidades de cada sujeito, respeitando suas **particularidades e promovendo intervenções pedagógicas e socioemocionais** adequadas. Para Silva e Souza (2023, p. 45), "a **escuta ativa e o acolhimento** contribuem para a construção de relações de confiança, as quais são fundamentais para o **desenvolvimento integral dos educandos**". De acordo com Monteiro e Quixadá (2023), a empatia e a escuta ativa são fundamentais para a construção de uma **cultura de acolhimento nas escolas públicas**. Segue algumas **sugestões práticas** para a criação de espaços de escuta e acolhimento:

Sala de Escuta: Disponibilizar um espaço físico tranquilo e reservado, onde discentes e familiares possam conversar com profissionais qualificados, como psicólogos, pedagogos ou ssistentes sociais.

Rodinhas de Conversa e Grupos de Apoio: Promover encontros regulares para que discentes e familiares possam partilhar suas experiências e dificuldades, criando uma rede de suporte emocional.

Formação de Professores: Capacitar toda a equipe escolar para práticas de escuta ativa e acolhimento, ampliando a sensibilidade e o conhecimento sobre diversidade e inclusão.

Plantão de Escuta: Disponibilizar horários fixos para atendimento individualizado, em que o educando possa expressar suas dúvidas, angústias ou necessidades específicas.

Uso de Tecnologias Acessíveis: Garantir que os espaços contem com recursos que facilitem a comunicação para discentes com diferentes tipos de deficiência, como comunicação aumentativa, softwares de acessibilidade, entre outros.

Envolvimento da Família: Estimular a participação das famílias nesses espaços, reconhecendo sua importância para o sucesso das ações inclusivas.

Fonte: adaptação (Monteiro e Quixadá, 2023).



5. Parceria com as Famílias e Comunidade

A relação entre a **escola e a família** é um eixo fundamental para a **efetivação da inclusão**. Oliveira (2017) aponta que quando a escola reconhece e valoriza o saber da família, cria-se uma relação de corresponsabilidade no processo educativo. Compreende-se que as famílias podem fornecer **informações essenciais para a construção de estratégias personalizadas de ensino**. A articulação com a comunidade também amplia o apoio ao discente com DI, contribuindo para sua **formação integral e inserção social e profissional**.

Conforme aponta Glat e Blanco (2021), a atuação em rede entre profissionais da educação, familiares e demais agentes sociais contribui para a **superação de práticas excludentes**, pois permite o compartilhamento de saberes, expectativas e estratégias em favor do desenvolvimento dos discentes com deficiência. Nesse sentido, a **escuta ativa da família** e a valorização de sua participação tornam-se **estratégias pedagógicas e políticas de inclusão**.

A família, enquanto primeiro espaço de socialização e referência afetiva do sujeito, desempenha papel fundamental na trajetória escolar do discente com DI. Quando acolhida pela escola como **parceira no processo educativo**, pode contribuir de forma decisiva para a identificação de necessidades, para a construção de **estratégias individualizadas** e para o **fortalecimento da autoestima e da autonomia do educando** (Brasil, 2015).

Portanto, a construção de um **processo inclusivo efetivo** demanda o **fortalecimento de vínculos entre escola, família e comunidade**, promovendo espaços de **escuta, diálogo e corresponsabilidade**. Somente a partir dessa articulação será possível garantir o direito à educação de qualidade para os discentes com DI, assegurando-lhes **dignidade, participação e aprendizagem significativa**.

A inclusão plena na EPT, conforme destacado por Brasil (2015), exige pensar **não apenas o acesso, mas também a permanência**, o aprendizado significativo e a inserção no mundo do trabalho. Superar as barreiras que limitam esse processo implica um **esforço coletivo e contínuo**, pautado na ética, na empatia e na busca por uma **educação de qualidade**.

A inclusão de discentes com DI nos espaços da EPT é possível e viável, desde que haja **compromisso institucional, formação docente e articulação entre os diversos setores envolvidos no processo educativo**. Mais do que práticas isoladas, tais ações devem integrar uma política permanente de inclusão que se manifeste no **currículo, na gestão e na cultura escolar**. Assim, as estratégias aqui apresentadas devem ser vistas como caminhos possíveis para a construção de uma **escola verdadeiramente inclusiva e transformadora**.

6. Adoção de Metodologias Ativas e Diversificadas

A adoção de metodologias ativas e diversificadas representa um avanço significativo na consolidação de **práticas pedagógicas inclusivas** no âmbito da EPT, especialmente no atendimento às necessidades do público com DI. Essas metodologias **rompem com o modelo tradicional de ensino** centrado na **transmissão de conteúdos** e colocam o discente como protagonista de sua aprendizagem, respeitando sua singularidade, seu tempo e suas formas de aprender.

Segundo Moran (2015), as **metodologias ativas** são fundamentais para estimular o envolvimento real dos discentes com os conteúdos e **situações da vida prática**, o que é especialmente relevante na EPT, em que o foco é o **desenvolvimento de competências técnicas em contextos aplicados**. Quando combinadas com recursos visuais e tecnológicos, essas abordagens se tornam ainda mais acessíveis.

Glat e Blanco (2021) afirmam que o uso de **estratégias pedagógicas diversificadas**, adaptadas ao perfil dos discentes, contribui para a construção de uma escola inclusiva, uma vez que amplia as possibilidades de participação, compreensão e expressão dos conhecimentos. No caso dos discentes com DI, por exemplo, a **utilização de imagens, vídeos, jogos pedagógicos, dramatizações e materiais concretos** pode facilitar o processo de aprendizagem e tornar o conteúdo mais significativo.

Além disso, o DUA oferece uma **base teórica e prática** para a diversificação das metodologias, ao propor múltiplas formas de apresentação das informações, de **engajamento dos discentes** e de expressão dos conhecimentos. Conforme Freitas et al. (2023), o DUA é uma abordagem que favorece o planejamento de aulas que atendam simultaneamente à **diversidade** presente em sala de aula, incluindo os discentes com DI.

É importante ressaltar que, para que essas metodologias sejam efetivamente inclusivas, é necessário que os docentes sejam **formados para reconhecer as barreiras e potencialidades dos discentes**, bem como para planejar e flexibilizar suas estratégias pedagógicas com base na observação contínua das necessidades educacionais. Isso demanda um **trabalho intencional, coletivo e sustentado por políticas institucionais de formação e apoio**.

Depreende-se portanto, que a adoção de **metodologias ativas e diversificadas na EPT** não apenas favorece a aprendizagem dos discentes com DI, mas também **transforma a cultura pedagógica da escola**, promovendo a equidade e o respeito à diferença como **valores fundantes** da prática educativa.



Fique atento!

Glat e Blanco (2021), pontuam que a DI não significa ausência de habilidades, mas sim a necessidade de mediações específicas para que essas habilidades possam se manifestar.

A inserção da acessibilidade nas práticas pedagógicas, a partir da perspectiva do DUA, destaca a **participação dos sujeitos** como elemento central. Os componentes pedagógicos, didáticos e tecnológicos são organizados de forma **integrada**, envolvendo **diversas áreas do conhecimento** com o objetivo de compreender e promover a participação nos processos de ensino e aprendizagem, com base nos princípios da Pedagogia.

De acordo com os fundamentos do DUA, **não há uma única forma de apresentar os conteúdos**, pois o processo de assimilação do conhecimento varia entre os estudantes. Com uma visão ampla da prática pedagógica, torna-se evidente a **necessidade de diversificação de recursos**, visando à eliminação de obstáculos e à criação de contextos que favoreçam os diferentes interesses, formas de representação, ação e expressão dos aprendentes.

Dessa forma, **o planejamento pedagógico do ensino é concebido de maneira intencional e inclusiva**, considerando a diversidade de modos de aprendizagem e o trabalho de modo coletivo, compreendendo que o trabalho em grupo é uma forma de **potencializar o conhecimento dos discentes** (Vigotski, 2010). O quadro 1 apresenta a estrutura de compreensão do DUA, fundamentada em três princípios e diretrizes que norteiam a prática pedagógica. Ressalta-se que a aplicação dessas diretrizes **não segue um modelo único e fixo, sendo ajustada de acordo com as particularidades de cada contexto**.

Quadro 1 - Diretrizes e Princípios do DUA

Princípios	Representação	Expressão	Engajamento
Diretrizes	Fornecer opções para Percepção	Fornecer opções para ação física	Fornecer opções para interesse de recrutamento
	Fornecer opções para idioma e símbolos	Fornecer opções para expressão e comunicação	Fornecer opções para manter o esforço e a persistência
	Fornecer opções para compreensão	Fornecer opções para funções executivas	Fornecer opções para autorregulação

Fonte: adaptação (Cast, 2024).

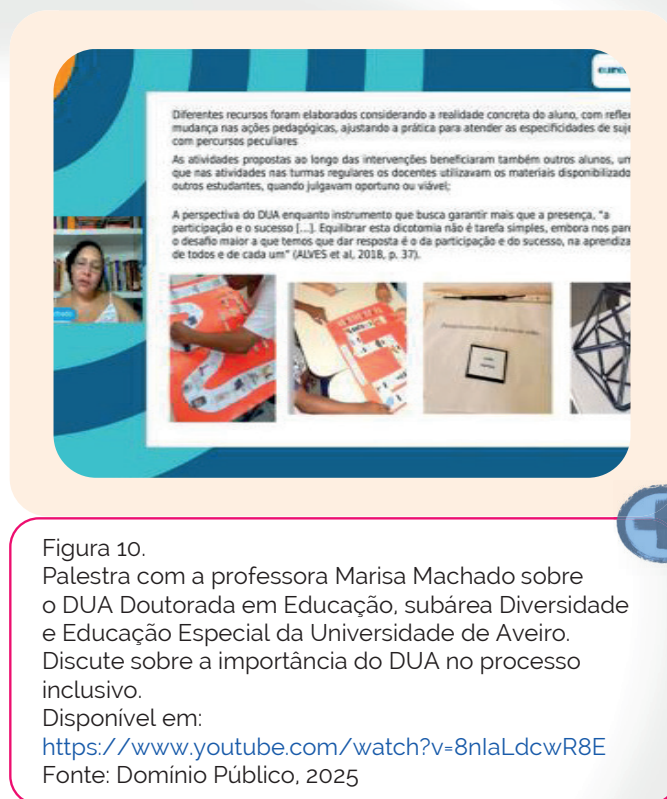


Figura 10.
Palestra com a professora Marisa Machado sobre o DUA Doutorado em Educação, subárea Diversidade e Educação Especial da Universidade de Aveiro. Discute sobre a importância do DUA no processo inclusivo.
Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=8nlaLdcwR8E>
Fonte: Domínio Público, 2025

As diversas diretrizes do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) permitem integrar, no âmbito das práticas educativas, estratégias pedagógicas de ensino e a seleção de recursos adequados para **favorecer a aprendizagem** dos conteúdos científicos.

VOCÊ SABIA?

Estudos mostram que a inclusão de discentes com DI melhora a aprendizagem de **toda a turma**. Dessa forma, as metodologias inclusivas, como o uso de **linguagem acessível**, recursos visuais e **práticas colaborativas** que beneficiam **todos**. Quando o professor adapta a aula para atender discentes com DI, ele acaba **diversificando** as formas de ensinar, o que **melhora a compreensão geral**, o engajamento e até os **resultados da turma** como um todo, estando alinhado com o DUA, que propõe múltiplas formas de representar o conteúdo, motivar os discentes e permitir **diferentes formas de expressão**.

Fonte: adaptação (Cast, 2024).

PARA SABER MAIS!

ENTREVISTA

Entrevista com a professora Carla Ariela Rios Vilaronga que discute sobre "O papel da EPT na construção e desenvolvimento dos discentes da Educação Inclusiva". Entrevista ocorrida em 2023, durante a Semana Pedagógica Integrada do Instituto Federal de Rondônia.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZtVyc4Ueorc>

ARTIGOS

SOUZA, I. M. da S. de. Desenho universal para aprendizagem: perspectivas para a inclusão educacional. In: PLETSCHE, M. D.; ROCHA, M. G. S.; OLIVEIRA, M. C. P. **Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional**: pesquisa, extensão e formação de professores. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020. v. 1. p. 228-246.

"Quando uma flor não floresce,
você conserta o ambiente em
que ela cresce, não a flor."
(Alexander den Heijer)



SUGESTÃO DE FILMES INCLUSIVOS



Figura 11.
Como Estrelas na Terra (2007)
Sobre Inclusão escolar
Fonte: Domínio Público, 2025

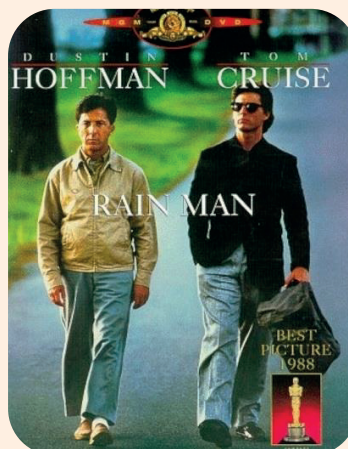


Figura 12.
Rain Man (1988)
Sobre integração
Fonte: Domínio Público, 2025



Figura 13.
Extraordinário (2017)
Sobre equidade
Fonte: Domínio Público, 2025

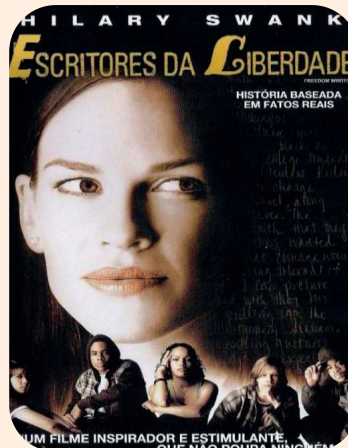


Figura 14.
Escritores da Liberdade (2007)
Sobre respeito à diversidade
na escola
Fonte: Domínio Público, 2025

Figuras 11, 12, 13, 14:
<https://www.adorocinema.com>



SUGESTÃO DE FILMES INCLUSIVOS



Figura 15.
Coda: No Ritmo do Coração (2021)
Sobre acessibilidade e
inclusão familiar
Fonte: Domínio Público, 2025



Figura 16.
Hoje Eu Quero Voltar Sozinho (2014)
Sobre Inclusão escolar e social e
autonomia e protagonismo
de alunos com deficiência
Fonte: Domínio Público, 2025

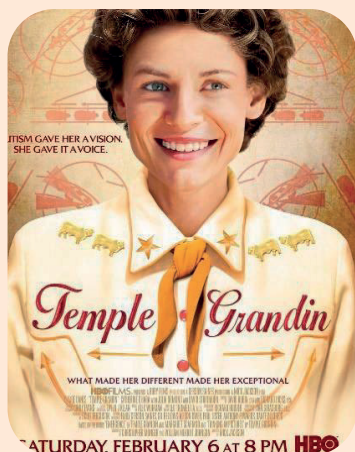


Figura 17.
Temple Grandin (2010)
Sobre Autismo e inclusão
profissional
Fonte: Domínio Público, 2025



Figura 18.
O Contador de Histórias (2009)
Sobre inclusão e acolhimento de
discentes em vulnerabilidade social
Fonte: Domínio Público, 2025

Figuras 15, 16, 17, 18:
<https://www.adorocinema.com>



REFERÊNCIAS

AAIDD. Intellectual Disability: Definition, Classification, and Systems of Supports. Ed.11,2016.

American Psychiatric Association – APA. **DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARROYO, Miguel González. **Inclusão e exclusão: desafios para a educação pública**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOCK, Ana M. B.; Furtado, Odair; Teixeira, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes para a Educação Especial na Educação Profissional e Tecnológica na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2023.

BRASIL. Instituto NeuroSaber, 2023. Disponível em: <https://neurosaber.com.br/como-trabalhar-com-alunos-com-deficiencia-intelectual/> Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa TEC NEP: Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/anaisseminarionacionaltecnep2005.pdf> Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Secretaria Geral, 2015. 30 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão: acessibilidade na escola*. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009a. BRASIL. Conselho Nacional de Educação – CNE. Resolução nº 1/2015, que institui diretrizes para a EPT integrada à Educação Inclusiva.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciênc. educ.* Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320170010001>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011.

CAST UDL BOOK BUILDER. Book Builder, 2013. *Homepage*. Disponível em: <http://bookbuilder.cast.org/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY. CAST. *Diretrizes de Design Universal para Aprendizagem versão 3.0*. 2024. Disponível em: <http://udlguidelines.cast.org>.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Camila de Almeida; LIMA, Mariana Moreira; ARAÚJO, Wênia Cruz. *Desenho Universal para Aprendizagem e práticas pedagógicas inclusivas na educação profissional*. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 12, n. 1, p. 120–135, 2023.

GLAT, Rosana. *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

GLAT, Rosana. *Ressignificando práticas pedagógicas para uma escola inclusiva*. Apae Ciência, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 9–16, 26 maio 2025.

GLAT, Rosana; BLANCO, Valéria Amorim Arantes. *Educação inclusiva: práticas pedagógicas e formação de professores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

GOMES, M. A. M.; MORAIS, M. S. O acolhimento escolar e suas contribuições para a permanência do aluno com deficiência intelectual. *Revista Educação Inclusiva*, v. 11, n. 2, p. 45-58, 2018.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: passado, presente e futuro*. São Paulo: Cortez, 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAIA CORDEIRO, Kelly; MARTINS DA SILVA DE SOUZA, Izadora. Acessibilidade curricular e o desenho universal para aprendizagem como pontos de análise para a inclusão. *Educação Online*, Rio de Janeiro, Brasil, v. 19, n. 47, p. e24194705, 2024. DOI: 10.36556/eol.v19i47.1749. Disponível em: <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1749>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MANTOAN, M. T. E. *O desafio das diferenças nas escolas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2006.

MONTEIRO, C. M. F. dos S.; QUIXADÁ, L. M. Reflexões sobre a empatia e a escuta ativa no contexto escolar. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, [S. l.], v. 5, p. e11420, 2023. DOI: 10.47149/pemo.v5.e11420. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/11420>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (orgs.). *Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens*. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015. v. 2, p. 15-33. (Coleção Mídias Contemporâneas).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Atlas-global resources for persons with intellectual disabilities*. 2010.

ORRÚ, Sílvia Ester. *O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOUD, Philippe. *Diez nuevas competencias para enseñar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, J. *Para onde vai à educação?* Rio de Janeiro: 1996.

PLAISANCE, Eric. Ética e inclusão [Tradução: Fernanda Murad Machado], *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 139, p.13-43, jan./abr. 2010.

PLETSCH, Márcia Denise (org.). *Práticas inclusivas na escola: caminhos e experiências*. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2022.

PLETSCH, Márcia Denise. *Educação inclusiva: das concepções às práticas pedagógicas*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

PLETSCH, M. D.; GLAT, R. PEI como estratégia de planejamento inclusivo. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 13-18, 2012.

RESENDE, Fernanda Garcia; ÁVILA, Bárbara Terra. Inclusão escolar e deficiência mental: um estudo de caso em uma escola municipal de Lavras – Minas Gerais. *Psicologia .pt – O portal dos psicólogos (on-line)*, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15848126-Inclusao-escolar-e-deficiencia-mental-um-estudo-de-caso-em-uma-escola-municipal-de-lavras- minas-gerais.html>. Acesso em 06. jun. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação*. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, R. K. *Construindo uma Sociedade para Todos: a Inclusão no Mercado de Trabalho*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SÁ BARRETO, Silvia Helena; ZERBATO, Alessandra Pinto; SANTOS, Maria Aparecida dos. *Educação inclusiva: práticas pedagógicas e políticas públicas*. Campinas: Papyrus, 2020.

SCHALOCK, R. L. et al. *Deficiência Intelectual: definição, classificação e sistemas de apoio*. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SOUSA, Ivanilda Maria de; LIMA, Adriana Martins. *O papel das relações afetivas*

na inclusão de alunos com deficiência intelectual. Revista Humanidade & Tecnologia, v. 11, n. 2, p. 1-10, 2023. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/5421. Acesso em: 14 fev. 2025.

SILVA, João; SOUZA, Ana. *Acolhimento e escuta na escola: fortalecendo vínculos para a inclusão*. São Paulo: Editora Educação Inclusiva, 2023.

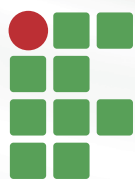
TEBEROSKY, A.; CARDOSO, B. (Org.). *Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas; Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

VIGOTSKI, L. S. *Fundamentos da defectologia (Obras escogidas)*, volume V. Visos. Madrid, 1997.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

WEISZ, T. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Ática, 1999.

ZERBATO, Ana Paula. *Desenho universal para a aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa*. 2018. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA